TEORIA DO BRASIL

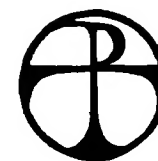
Convencida, cada vez mais, da necessidade de uma reunião de esforços para que a cultura brasileira, num verdadeiro mutirão, conquiste o seu rosto próprio e assuma em alto grau o destino de colaborar na dignificação crescente da existência, esta editora publicou e vem publicando, ao longo de cinco anos, mais de uma centena, de "visões do mundo" não somente diversas como às vezes conflitantes, quanto às filosofias que adotam, mas todas ligadas ou irmanadas pelo mesmo objetivo de um encontro e de um diálogo a serviço da paz, da justiça, da liberdade, ou seja, do ser humano enquanto fonte de conhecimento, de amor e de beleza.

Depois de "A Universidade Necessária", Darcy Ribeiro, mais uma vez, enriquece este nosso catálogo com esta obra em que sintetiza os principais pontos de vista em que sua cultura e sua inteligência se apoiam para dar-nos uma meditação sobre a história, os problemas e as perspectivas de um Brasil que todos desejamos brasileiramente grande.

MAIS UM LANÇAMENTO DE PAZ E TERRA
UMA EDITORA A SERVIÇO
DE ESTUDOS SOBRE O BRASIL E A AMÉRICA LATINA.

DARCY RIBEIRO

TEORIA DO BRASIL

DARCY RIBEIRO

PAZ E TERRA

LANÇAMENTOS DE
PAZ E TERRA

PARA QUE EU VIVO?
de J. Hromadka

PSICOLOGIA INFANTIL
de Alberto L. Merani

PSICOLOGIA E ALIENAÇÃO
de Alberto L. Merani

A REVOLUÇÃO DA INFORMÁTICA
Diversos autores

O ROMANTISMO NO BRASIL
de Fausto Cunha

UMA AGONIA NA AGONIA DO MUNDO
de B. Gardey

A CORAGEM DE SER (2ª edição)
de Paul Tillich

A ESPERANÇA DOS DESESPERADOS
de Emmanuel Mounier

AS UTOPIAS OU A FELICIDADE IMAGINADA
de Jerzy Szaki

QUANDO A CRISTANDADE MORRE
de Emmanuel Mounier

O PENSAMENTO DE DIREITA, HOJE
de Simone de Beauvoir (2ª edição)

LOGOS E PRAXIS
de François Chatelet

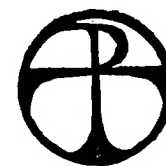
M. Lima Fo

TEORIA DO BRASIL

Série
Estudos Sobre o Brasil e a América Latina
Volume 21

Direção editorial de Moacyr Félix

Darcy Ribeiro

TEORIA DO BRASIL

Paz e Terra

Exemplar n.º

Desenho de capa:
RAGNAR LAGERBLAD

Direitos desta edição reservados pela
EDITORA PAZ E TERRA S. A.
Av. Rio Branco, 156 — s/1222
RIO DE JANEIRO — GB.

1972

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Sumário

TEORIA DO BRASIL *

Introdução

* Este texto forma o capítulo introdutório do livro *O Brasil Emergente* da série "Estudos de Antropologia da Civilização".

POUCOS PAÍSES juntaram, como o Brasil, tijolos e cimentos tão díspares em seu processo de constituição; poucos também experimentaram vicissitudes que mostram de forma tão clara os caminhos pelos quais uma nação pode constituir-se não para servir a si mesma, mas para atender a interesses alheios. Efetivamente, o Brasil não nasceu como etnia e se estruturou como nação em conseqüência de um desígnio de seus criadores. Surgiu, ao

contrário, como uma espécie de subproduto indesejado de um empreendimento colonial, resultante da Revolução Mercantil, cujo propósito era produzir açúcar, ouro ou café e, sobretudo, gerar lucros exportáveis.

Desse empreendimento resultou ocasionalmente um povo e, mais tarde, uma nação. Esta emergiu da condição de feitoria colonial à de nação aspirante ao comando de seu destino, por força de um outro processo civilizatório de âmbito mundial — a Revolução Industrial — que a afetou reflexamente.

Esta via de constituição de um povo nada tem de peculiar. Pelo mesmo processo se constituiu a maioria das sociedades nacionais americanas e do mesmo modo se estrutura, hoje, os povos africanos. Seu estudo oferece, por isso, um alto interesse teórico. Esse interesse é tanto maior, porque as teorias explicativas do progresso e do atraso dos povos modernos no âmbito da civilização industrial se formularam com base, principalmente, no contexto europeu que é precisamente o mais contrastante e o menos representativo. Neste sentido, o estudo do Brasil — realizado à luz de um esquema conceitual adredemente elaborado através da análise do processo de formação e dos problemas de desenvolvimento dos povos ameri-

canos — pode contribuir, provavelmente, para a compreensão de situações semelhantes.

O esquema conceitual com que operamos compreende, substancialmente, quatro abordagens mutuamente complementares, a saber: primeiro, o estudo das configurações histórico-culturais; segundo, a análise das formações sócio-econômicas; terceiro, o exame das conjunturas sócio-políticas mediante a análise da interação conflitiva de seus componentes; quarto, uma interpretação da função social das ideologias.

A primeira abordagem foi utilizada muitas vezes nas pesquisas antropológicas sobre áreas culturais e sobre problemas de aculturação, antes como uma intenção (G. M. Foster 1962; J. Steward 1955) do que como uma metodologia explícita. Certos elementos desta mesma abordagem encontram-se, também, nos estudos de teoria da história, bem como nas pesquisas sociológicas e antropológicas referentes ao encontro de civilizações. Lamentavelmente, também estas não chegaram a definir congruentemente uma metodologia (O. Spengler 1958; A. Weber 1960; P. Sorokin 1937/41 e 1960; A. L. Kroeber 1944).

As outras abordagens foram elaboradas originariamente por Karl Marx, que as designou como o estudo das formações econômico-

sociais (1966), como análise crítica das contradições entre as forças produtivas e as relações de produção (1951/1956) e como o estudo do papel social das ideologias e da alienação (1958, 1962 e 1963). As duas últimas ordens de problemas chamaram a atenção de inúmeros estudiosos que as focalizaram através da estratificação social e da estrutura de poder (Max Weber 1964; Wrigth Mills 1960), e de análises funcionais das crenças e das ideologias (W. G. Summer 1949); K. Menheim 1950); G. Lukács 1960).

Nada há de novo, portanto, em nossa abordagem, senão sua utilização conjunta de forma integrada; sua reavaliação crítica à luz dos progressos recentes das pesquisas sociais no estudo sistemático de situações concretas; e sua apresentação explícita como uma teoria explicativa, isto é, como um sistema coerente de proposições relativas à formação da sociedade e da cultura brasileira e das causas do seu subdesenvolvimento[1].

A combinação destas quatro abordagens constitui o esquema analítico básico do que

1 Estes esquemas conceituais são mais amplamente discutidos em nossos livros: *O Processo Civilizatório*, no qual se consideram as etapas da evolução sócio-cultural (1968); *As Américas e a Civilização* (1970) que analisa o processo de formação e os problemas de desenvolvimento dos povos americanos; e *O Dilema Latino-Americano* que é um estudo das estruturas de poder vigentes na América Latina e das perspectivas de desenvolvimento autônomo que se abrem a seus povos.

designamos como Antropologia Dialética. Essa designação tem, em primeiro lugar, o propósito de distingui-la das antropologias adjetivadas como cultural, social, estrutural, etc. porque, ao restringirem-se estas a um cientificismo desinteressado de qualquer elaboração teórica mais ambiciosa, quando se aplicam ao estudo de sociedades concretas cumprem, freqüentemente, a função de justificar o *status quo*. E, em segundo lugar, o propósito de aproximá-la do materialismo histórico de que toma a maior parte dos conceitos com que opera; mas distingui-la, igualmente, de sua versão dogmatizada que transformou o marxismo numa técnica de exegese dos textos clássicos.

Esta antropologia dialética — para a qual procuramos contribuir aqui — tem, como característica comum às demais antropologias, o interesse pelo estudo integrado de sociedades e culturas concretas com base em pesquisas de campo como as que os etnólogos realizam ao estudar tribos indígenas; ou os arqueólogos, quando reconstituem civilizações desaparecidas. E tem como característica distintiva, em primeiro lugar, a de fundar-se numa teoria de alto alcance histórico sobre a evolução sócio-cultural do homem que permita situar no mesmo esquema evolutivo tanto as sociedades do passado quanto as contemporâneas. E em segundo lugar, a de assentar-se necessariamente em uma concepção da causalidade so-

cial que reconhece o poder determinante das inovações tecnológicas, o poder condicionante das estruturas sociais e o estimulante ou limitador das ideologias. Estas últimas características aproximam a antropologia dialética do materialismo histórico com o qual tem também em comum uma atitude de franca participação na vida social. Neste sentido, procura ser uma ciência comprometida com o destino humano, que indaga dos efeitos sociais de seus estudos e os coloca a serviço do progresso dos povos.

I

Configurações Histórico - Culturais

O MUNDO MODERNO só é explicável como resultado da expansão européia que movida por duas revoluções tecnológicas, a Mercantil e a Industrial e que, operando através de sucessivos processos civilizatórios, afetou diferencialmente a todos os povos, neles imprimindo as características fundamentais que hoje apresentam. As principais destas características, de tipo uniformizador e diferenciador, são de

duas ordens. Primeiro, as de natureza sócio-econômica, que opõem os povos subdesenvolvidos aos desenvolvidos, explicáveis, por seu modo de integração em diferentes formações sócio-econômicas, conforme veremos adiante; segundo, as de caráter sócio-cultural, que permitem distinguir os povos extra-europeus em quatro grandes blocos, suficientemente homogêneos quanto aos seus atributos culturais básicos e quanto aos problemas de desenvolvimento com que se defrontam para serem tratados como categorias distintas. Estas últimas uniformidades resultantes do impacto da expansão européia se explicam, por paralelismos nos respectivos processos de formação étnica que geraram complexos discerníveis de povos, passíveis de serem reconstituídos em termos de modelos ideais. Tal foi o que procuramos fazer num estudo anterior destinado à análise do processo de formação dos povos americanos e das causas de seu desenvolvimento desigual. (1969). Naquele estudo distinguimos quatro configurações histórico-culturais, a saber: *Os Povos-Testemunho,* integrados pelos representantes modernos de antigas civilizações como a chinesa, a muçulmana ou a azteca, com as quais a Europa se chocou em sua expansão. Os *Povos-Novos,* oriundos da conjunção, deculturação e caldeamento de matrizes étnicas muito díspares, como a indígena, a africana e a européia.

Os *Povos-Transplantados,* resultantes de movimentos migratórios que trasladaram para o ultramar grandes contingentes europeus, os quais conservaram suas características étnicas originais ou só as alteraram superficialmente. E os *Povos-Emergentes,* correspondentes às nações que surgem, agora, na África e na Ásia no curso do movimento de descolonização, ascendendo de um nível tribal ou da condição de meras feitorias coloniais à de sociedades nacionais aspirantes à autonomia.

Nesta tipologia, o Brasil se situa entre os *Povos-Novos,* ao lado dos venezuelanos e colombianos, dos antilhanos, dos chilenos e paraguaios. Como tal, distingue-se, enquanto modelo de configuração histórico-cultural, tanto dos *Povos-Testemunho* representados, nas Américas, pelos mexicanos e guatemaltecos, pelos peruanos, bolivianos e equatorianos, quanto dos *Povos Transplantados,* que compreendem os norte-americanos e canadenses, os argentinos e uruguaios. Nas Américas não se registra a categoria de *Povos-Emergentes,* porque o processo de europeização de suas populações foi muito mais prolongado e compulsório e, também, porque os poucos povos indígenas que sobreviveram para assumir esta configuração amadureceram "precocemente" dentro de uma conjuntura mundial que não lhes oferecia condições de se auto-afirmarem como novas nacionalidades.

Cumpre observar que nem todos os povos classificados nestas categorias representam tipos puros. Muitos deles experimentaram intromissões que sobrevivem ainda hoje, dando colorido especial a algumas áreas. Este é o caso do Sul dos Estados Unidos que se estruturou, originalmente, como uma configuração de *Povo-Novo*. Grande parte dos problemas com que se defrontam os norte-americanos, como o da integração racial, decorrem daquela intrusão até hoje irredutível e inassimilada. O Sul do Brasil, por sua vez, diferencia-se do restante do país como uma intrusão do tipo *transplantado*, constituída pela imigração maciça de europeus e que deu lugar a um modo diferenciado de participação na vida nacional. A Argentina e o Uruguai representam um caso singular de sociedades configuradas, originalmente, como *Povos-Novos*, que foram transfigurados depois em *Povos-Transplantados*. Tal ocorreu em virtude do vulto do movimento imigratório que experimentaram, o qual, operando como um processo de sucessão ecológica suplantou os *gauchos* e *ladinos* originais — mais semelhantes aos paraguaios atuais e aos antigos paulistas do que aos rio-platenses modernos — dando lugar ao surgimento de povos de perfil europeu. Estas intrusões e transfigurações não invalidam a classificação dos povos extra-europeus segundo a tipologia proposta; antes a confirmam como um esquema

conceitual adequado para retratar as características étnico-nacionais básicas de *Povo-Novo*, no caso do Brasil; e de *Povos-Transplantados*, no caso da América do Norte, da Argentina e do Uruguai.

A principal alternativa a esta tipologia são os intentos de classificação dos povos americanos com base em fatores raciais, climáticos, religiosos ou lingüísticos, notoriamente pouco explicativos e suscetíveis das utilizações mais preconceituosas. As categorias propostas são mais instrumentais no plano classificatório e descritivo e mais fecundas no plano explicativo para a compreensão das semelhanças e diferenças entre os povos americanos. Em termos dessa tipologia se torna possível tanto comparar, aproximando ou distinguindo uns dos outros os povos americanos, como situá-los no contexto mundial. Acresce, ainda, que ela permite avaliar o papel dos próprios diferenciadores raciais, climáticos, religiosos, etc., sem recair em posições deterministas que privilegiam um fator em prejuízo dos demais, porque, ao examiná-los dentro das totalidades em que todos eles interagem, estabelece os limites da capacidade causal de cada um deles.

A tipologia das configurações histórico-culturais se baseia em duas premissas básicas referentes aos fatores de uniformização de diferenciação sócio-cultural. Conforme assinalamos, os povos do mundo moderno acabaram

sendo o que são hoje em virtude do impacto que sofreram da expansão, inicialmente mercantil, depois industrial, de certos povos europeus. Estes experimentando pioneiramente algumas etapas da evolução sócio-cultural humana, se fizeram núcleos difusores da primeira civilização de base mundial e, como tal, centros reitores da transformação das sociedades humanas. Neste processo, os europeus exerceram, por duas vias, um papel uniformizador. Primeiro, porque como agentes de renovação cultural, difundiram uma mesma grande tradição sobre amplas áreas. Segundo, porque como portadores de uma nova tecnologia essencialmente idêntica, instauraram um sistema econômico de base mundial, fundamentado naquela tecnologia e se impuseram aos povos extra-europeus, incorporando a todos eles em sua esfera de dominação na condição uniforme de áreas de espoliação ou de colonização.

O principal fator de diferenciação sócio-cultural decorre do fato de que os povos extra-europeus ou as matrizes de que surgiram, eram originalmente distintos uns dos outros no plano racial, social e cultural. Embora se mesclassem profusamente uns com os outros e com os europeus, estes povos conservaram, em cada área, certos atributos peculiares que configuraram as novas etnias segundo perfis mais ou menos homogêneos. Aquelas forças uniformizadoras e estes fatores de diferenciação, combinando-se por sua vez de diferentes modos, é que geraram as quatro grandes configurações culturais extra-européias do mundo moderno.

Os Povos-Transplantados

Os *Povos-Transplantados* não representam mais do que uma transposição para amplos espaços exteriores de populações européias que ali conservaram e expandiram as características de suas matrizes se experimentando processos de renovação correspondentes aos sofridos, mais tarde, pela Europa. Como tal, estes povos tiveram maior facilidade de dominar a tecnologia avançada em que se assentava a nova civilização. E puderam estruturar-se em comunidades essencialmente idênticas às de suas pátrias de origem, institucionalizando a vida social e política segundo padrões europeus. Sendo predominantemente europeus os enormes contingentes de imigrantes que receberam mais tarde, estes foram chamados a experimentar uma integração meramente assimilativa, muito menos dramática do que os processos de deculturação e aculturação que viveram os demais povos americanos.

Nestas circunstâncias, os *Povos-Transplantados* cresceram como réplicas das sociedades européias, plasmando paisagens semelhantes, compondo um quadro racial homogeneamente caucasóide, cultivando as mesmas crenças, sustentando os mesmos valores e tendo as mesmas aspirações de educação e de consumo. As características básicas desta configuração são, por isto mesmo, seu perfil europeu, sua homogeneidade étnica, sua "modernidade" com respeito ao desenvolvimento europeu e o caráter mais "democrático" das comunidades políticas que criaram. Outros atributos dos *Povos-Transplantados* decorrem de seu próprio caráter de movimentos de autocolonização empreendidos pelas metrópoles, antes como forma de dar saída a seus excedentes populacionais, do que como uma empresa colonial lucrativa. Isto é o que explica a própria pobreza destas colônias de povoamento, nos seus primeiros anos de implantação nos novos mundos, em comparação com as colônias-escravistas e as colônias-mercantis. Explica também o caráter mais igualitário destas sociedades que, embora estratificadas em classes, não apresentavam grandes contrastes de riqueza e de pobreza ou de senhorialidade e subalternidade. Embora a maior parte de sua população tenha saído da Europa na condição de *indebentured servants* (com a obrigação de dar quatro a seis anos de trabalho servil a quem lhe pagara a passagem) todos tiveram oportunidade de integrar-se, depois, na vida social da nova comunidade como trabalhadores livres e como cidadãos com certos direitos reconhecidos. Grande número daqueles ex-servos se fizeram granjeiros, donos de sua própria terra, no curso do processo de colonização do Oeste, constituindo, assim, uma vasta camada de trabalhadores autônomos. Eles é que assegurariam à sociedade nacional condições de estabilidade para enfrentar sem maiores traumas o processo de urbanização e de industrialização.

Estas características permitiram aos *Povos-Transplantados* surgir e crescer como povos para si e não como "proletariados externos" e proceder à sua própria emancipação para integrar-se autonomamente na civilização industrial quando esta, gerada por uma nova revolução tecnológica, transfiguraria, mais uma vez, as sociedades humanas. Tudo isto explica, em parte, as diferenças de desenvolvimento dos povos americanos e o avanço logrado pelos *Povos-Transplantados*. No caso dos *Povos-Transplantados* das Américas ressalta, porém, a diversidade de grau de desenvolvimento entre os do Norte (estadunidenses e canadenses) e os do Sul (argentinos e uruguaios). Estas são explicáveis, em grande parte, pelas peculiaridades destes últimos, como produto de uma transfiguração posterior de

sua configuração original de *Povos-Novos*, com a retenção de alguns dos atributos primitivos. Assim é que se viram convertidos em *Povos-Transplantados*, no plano étnico, mas mantiveram algumas características da ordenação institucional anterior, no plano social, como a estrutura agrária fundada no latifúndio. Esta, não permitindo ao imigrante fazer-se granjeiro, provocou sua urbanização precoce, impedindo a formação de uma classe média rural que assegurasse uma alta produtividade para competir nos mercados internacionais e para servir de base à sustentação de um regime político de maior participação popular. Em lugar disto, perpetuou-se uma estrutura agrária monopolista e um regime político oligárquico-patricial.

As explicações correntes das diferenças de desenvolvimento dos povos americanos conferem grande importância ao fato de todas as sociedades avançadas se situarem em zonas temperadas e atribuem seu desenvolvimento maior ao fator climático. É mais verossímil, porém, que a eleição de áreas climáticas semelhantes à européia decorresse do condicionamento destas populações a climas frígidos, com estações bem diferenciadas. Neste caso, o clima não operaria como um fator causal do desenvolvimento. Efetivamente, o europeu se sente mais a vontade nas regiões de climas temperados e frios, tal como a gente condicionada aos trópicos se ajusta melhor a este. A atribuição de um papel causal ao clima só é aceitável nos limites em que a tecnologia européia (principalmente suas plantas cultivadas) se aplicava melhor a tais ambientes, não exigindo adaptações seletivas, como no caso de sua trasladação aos trópicos, nem desafiando a criação de uma nova tecnologia, que respondesse às vantagens que as regiões tropicais oferecem. Só a introjeção de uma visão euro-cêntrica explica a aceitação tranqüila das explicações das diferenças de desenvolvimento fundadas na inviabilidade do trabalho nos trópicos. A verdade é que as zonas cálidas, onde surgiu o próprio homem e nas quais ele encontra condições mais condizentes com suas carências biológicas, são muito mais satisfatórias para a vida humana do que os climas frígidos onde se exige a criação de ambientes artificiais para garantir a sobrevivência e onde toda a natureza é menos viçosa e fecunda.

Outro fator invocado freqüentemente como explicativo das diferenças de desenvolvimento é o religioso, formulado em termos de uma capacidade maior de progresso dos protestantes que dos católicos e do paralelismo entre o espírito do capitalismo e o protestantismo em sua feição calvinista. A própria tipologia das configurações histórico-culturais, incluindo numa mesma categoria os povos transplantados do Norte (protestantes) e do

Sul (católicos), contesta em parte esta explicação. Ela também é negada pelo fato de que muitos povos europeus de formação católica alcançaram altos níveis de desenvolvimento. O paralelismo weberiano (Max Weber 1948), sobretudo nas suas formas mais vulgares de apresentação, confunde o efeito derivado com o fator causal. Conseqüentemente inverte os papéis ao tomar a redefinição ideológico-religiosa das sociedades que ascenderam ao capitalismo, como a geratriz do processo. O próprio Max Weber discute o tema com maior sutileza, falando de uma concomitância e não de uma determinação. O fundamental, porém é que elementos correlatos deste paralelo são mais explicativos. Tal é a preocupação dos protestantes com a alfabetização de todos os crentes para tornar possível a leitura da bíblia, como supremo ato de fé. Efetivamente, nenhuma sociedade alcançou o desenvolvimento sem generalizar a educação primária a toda a população e, nas áreas protestantes, este requisito foi cumprido de forma mais completa do que nas áreas católicas, em virtude da referida motivação religiosa. Assim é que, em 1850, a América do Norte havia alfabetizado 80% de sua população, quando a França só contava 64,7% de alfabetizados, a Rússia 6% e a América Latina, provavelmente, igual porcentagem. Obviamente, uma população maciçamente alfabetizada se encontra em melhores condições de integrar-se na civilização industrial, cujos procedimentos produtivos e de controle exigem um mínimo de educação formal, do que uma população cujo saber se difunde por tradição oral. Operou também como co-fator de atraso das áreas católicas, o caráter da religião de cruzados do catolicismo ibérico, impregnada de um fervor salvadorista semelhante ao do Islã e difundida a ferro e fogo como a religião oficial. Menos por suas diferenças de doutrina (trata-se afinal de dois ramos sectários de uma mesma tradição religiosa) do que por este caráter de cruzada que incandescia de fervor sagrado o ímpeto conquistador das nações ibéricas, é que o catolicismo pôde ter contribuído para sedimentar o atraso. Nesse sentido comprometeu-o a Igreja com a colonização, como força auxiliar do braço secular, ao mesmo tempo em que oficializava sua intolerância em face dos infiéis e dos incrédulos. Todavia, não se pode atribuir à intolerância religiosa dos católicos um papel causal, porque havia queimadores de herejes também nas áreas protestantes. Só que ali se generaliza um fanatismo comunitário, ao passo que se institucionaliza, nas nações católicas, com a inquisição. É de assinalar, ainda, que a Igreja católica, por algumas de suas corporações, como a Jesuítica, foi a principal força de oposição à crueza da ação colonizadora buscando regulamentar e restringir a conscrição

da mão-de-obra indígena, envolvendo-se, por este motivo, em freqüentes conflitos com a classe dominante das colônias.

Os Povos-Testemunho

Os *Povos-Testemunho,* correspondentes aos representantes contemporâneos de altas civilizações avassaladas, saqueadas e traumatizadas pela expansão européia, apresentam dois perfis distintos referentes aos graus de deculturação que experimentaram. O primeiro deles é representado pelos povos americanos que crescem sobre as ruínas das civilizações Azteca, Maia e Incaica, os quais, tendo avançado em demasia no processo de espanholização, foram obrigados a prosseguir neste caminho. O segundo, por povos como os islâmicos, chineses, japoneses, indochineses, indianos, coreanos e outros que, não obstante a europeização que sofreram, puderam reter seu perfil étnico original e hoje buscam integrar-se na civilização industrial, purificando-se das suas impregnações ideológicas mais alienantes. A tecnologia industrial e suas concomitantes sociais e institucionais perdem, assim, o caráter "ocidental" para serem incorporados como produtos do desenvolvimento humano, no esforço por explorar as forças da natureza

(como a energia do carvão ou do petróleo) que dizem respeito às potencialidades do mundo físico e não a virtudes de qualquer tradição cultural. Esta tecnologia só se impregnou ideologicamente de conteúdos de uma "civilização ocidental e cristã" porque, desenvolvida originariamente pelos europeus, parecia corresponder à natureza destes. Na verdade, a navegação oceânica, as armas de fogo e, mais tarde, as várias formas de energia mecânica, se não tivessem surgido na Europa, surgiriam fatalmente em outra parte, tornando as nações que as dominassem, potências dominadoras também no campo econômico, militar e, em conseqüência, doutrinadoras no plano ideológico.

Os *Povos-Testemunho* das Américas, mais do que sociedades atrasadas na história, devem ser tidos como povos espoliados. Na verdade, sua condição presente só se explica pela violência do processo espoliativo e traumatizador a que foram submetidas. Possuindo imensas riquezas acumuladas que representavam o resultado de séculos de trabalho de seus povos, as viram saqueadas pelo colonizador. Contando com populações muito mais numerosas que as de Espanha, as viram dizimadas e seus sobreviventes conscritos, durante séculos a um sistema colonial-escravista. Havendo alcançado um nível de altas civilizações fundadas na agricultura do regadio e

regidas por uma aristocracia autônoma, servida por corpos de eruditos e por amplos estratos de técnicos altamente qualificados, viram-se degradadas como civilizações: sua classe dirigente foi deliberadamente erradicada e substituída por uma aristocracia estrangeira; seus sábios e técnicos foram liquidados ou convertidos, como toda a população, em reservas de mão-de-obra postas a serviço de vontades alheias.

Sob estas condições de hecatombe, os *Povos-Testemunho* das Américas se reduziram após um século de colonização a um vigésimo do seu montante original. Para esta despopulação espantosa se conjugaram vários fatores: a contaminação por enfermidades européias desconhecidas antes, que provocou enorme mortalidade; o rigor do regime de trabalho a que foram submetidos, que desgastou milhões de pessoas consumindo-as como o combustível do processo produtivo; e a liquidação de sua economia de subsistência baseada numa agricultura de regadio altamente desenvolvida, que generalizou a fome. Por todas estas formas de dizimação foram transformadas em proletariados externos, organizados com força de trabalho produtora de metais preciosos e de mercadorias exportáveis.

Só muito lentamente os sobreviventes daquelas sociedades avassaladas começaram a refazer-se reconstituindo seu montante populacional e retomando sua criatividade cultural traumatizada. Renascia, porém, na forma de proto-células étnicas, de caráter espúrio, que se esforçavam por conciliar duas heranças culturais contrapostas. Eram embriões étnicos híbridos, por metade europeus (no tocante à estrutura social, às instituições religiosas e a algumas técnicas novas) e por metade indígenas (no referente às técnicas de provimento da subsistência, às crenças e estilos artísticos). Nestes embriões étnicos é que se foram integrando os indígenas desgarrados de suas matrizes, os mestiços descendentes do cruzamento do invasor com a mulher índia e os europeus chegados mais tarde. Ressurgia, assim, como uma etnia distinta, tanto da hispânica quanto da autóctone. Mas ressurgia híbrida porque conduzindo em si parcelas das duas tradições e desafiada a fundi-las numa síntese significativa para toda a população.

Nestas circunstâncias, uma sociedade nacional só podia emergir como resultado de um enorme esforço de criatividade cultural e de auto-afirmação, retendo da tradição hispânica o que se tornara sua própria substância, redefinindo e integrando na cultura nova todos os valores originais suscetíveis de sobreviver e de operar como força integrativa.

Quando sobrevém a independência, no curso de um novo processo civilizatório que tornaria obsoleto o sistema colonial ibérico, as

novas nações se institucionalizam como um projeto-próprio da classe dominante nativa gerada e deformada no regime anterior. O patronato oligárquico, proprietário das minas e fazendas, o patronato parasitário, dedicado aos negócios de importação e exportação, exigem a persistência do sistema ocupacional arcaico. O patriciado, integrado pelos políticos, pelos militares, pelo alto clero e pela burocracia, vê na independência a oportunidade de herdar as regalias dos antigos agentes do poder colonial no exercício dos cargos públicos e de proporcionar-se o consumo das mercadorias industriais modernas, importadas da Inglaterra.

Esta era a nova classe dominante com a qual as nacionalidades nascentes tiveram de enfrentar o desafio de edificar sociedades nacionais autônomas. Quase todos esses desafios eram superiores às suas forças, inconciliáveis com seus compromissos e interesses e opostos às suas aspirações. Tais eram, essencialmente, as tarefas de converter o sistema tecnológico produtivo, destinado a operar como um enclave colonial, em uma economia nacional autônoma; o desafio de renovar a ordenação social de modo a criar uma estrutura de poder que eliminasse os sistemas arcaicos de conscrição da força de trabalho, permitindo integrar toda a população na sociedade nacional como produtores e consumidores e como

cidadãos participantes da vida pública. E, finalmente, a tarefa de erradicar da cultura os conteúdos mais alienantes, fixados durante a dominação colonial como formas de justificação do domínio europeu.

O primeiro desafio foi descumprido porque a velha classe dominante patronal só pretendeu escapar ao colonialismo espanhol decadente para integrar-se no sistema econômico regido pelos centros imperialistas-industriais, habilitando-se a conduzir, mais lucrativamente, suas empresas de produção de artigos exportáveis e seus negócios de importação e exportação. O segundo desafio foi igualmente desatendido, porque, não havendo uma ampla camada de pequenos proprietários rurais livres e autônomos, se pôde manter uma ordenação social que perpetuava o latifúndio e apenas disfarçava os sistemas tradicionais de conscrição de mão-de-obra. Criava-se, assim, um regime institucional incompatível com a edificação de nações autônomas, e incapaz de estruturar povos que pudessem comandar seu próprio destino. O terceiro desafio, concernente à desalienação ideológica, não poderia ser obviamente atendido numa sociedade que permanecia oligárquica e na qual a estreita camada dominante de origem européia necessitava dos antigos corpos de doutrinação para justificar seu domínio e para compelir o povo

indígena e mestiço, a resignação com a pobreza e o atraso.

Em todos os *Povos-Testemunho*, a estratificação social que sucede imediatamente à dominação colonial, se constitui numa estrutura tripartida, antes de castas do que de classes. Na cúpula se situa a camada branca ou "branca por autodefinição" integrada pelo patronato e pelo patriciado. Abaixo vem o estrato popular considerado mestiço (embora o fosse menos que a camada alta, no plano racial), integrado à sociedade nacional como *ladinos*, por que de fala espanhola e especializados nas tarefas de intermediação entre a classe dominante e as classes subalternas. Estas últimas são formadas pelas massas marginalizadas, sobretudo rurais que, em sua maioria, só falam línguas indígenas e conservam grande parte dos costumes oriundos da cultura ancestral. Não obstante, pouco têm de comum com o indigenato das altas civilizações de regadio porque, no curso do processo de colonização, converteram-se em um proletariado, conscrito ao sistema produtivo como força de trabalho, mas que não chegara a incorporar-se aos modos de vida dos estratos superiores.

Tal era a estrutura social básica do México, da Guatemala e dos países do Altiplano andino. O México a rompeu, parcialmente, através de uma revolução social que, empreendendo a reforma agrária integrou grandes massas

indígenas à economia nacional, reduziu o poder da oligarquia latifundiária e refez o *ethos* nacional a ponto de assumir uma auto-imagem dignificadora de sua ascendência indígena pré-colombiana. A Bolívia avança e retrocede numa revolução que tenta alcançar bases institucionais para empreender uma renovação equivalente. Os demais *Povos-Testemunho* das Américas continuam sendo simulacros de nações, regidos por oligarquias de caráter arcaico e de postura européia que exercem, desde dentro do país, o mesmo papel antes desempenhado desde a metrópole pelas antigas classes dominantes do período colonial.

Os Povos-Novos

Os *Povos-Novos*, dentre os quais se inclui o Brasil originaram-se da conjunção de matrizes étnicas muito mais diferenciadas, imposta por empreendimentos coloniais-escravistas, seguida da deculturação destas matrizes, do caldeamento racial de seus contingentes e de sua aculturação no corpo de novas etnias. Sua característica distintiva é a de *especie-novae* no plano étnico, já não indígena, nem africana, nem européia, mas inteiramente distinta de todas elas. Ao contrário dos *Povos Transplantados* que conservam o perfil eu-

ropeu e dos *Povos-Testemunho* das Américas que conduzem dentro de si as duas tradições originais sem conseguir fundi-las, os *Povos-Novos* concluíram sua auto-edificação étnica, no sentido de que não estão presos a qualquer tradição do passado. São povos em disponibilidade, uma vez que, tendo sido desatrelados de suas matrizes, estão abertos ao novo, como gente que só tem futuro com o futuro do homem.

Mais ainda que os povos das outras configurações, os *Povos-Novos* são o produto da expansão colonial européia que juntou, por atos de vontade, as matrizes que os formaram, embora só pretendesse criar empresas produtoras de artigos exportáveis para seus mercados e geradoras de lucros empresariais. Esta intencionalidade parcial de seu processo formativo distingue também os *Povos-Novos* como sociedades, em certa medida, instituídas; que surgiram com "certidões de nascimento" como a carta de Pero Vaz de Caminha e suas equivalentes; que eram também títulos de posse da nova terra; que tiveram suas primeiras cidades fundadas por ordens expressas e continuaram criando-as artificialmente; que foram reguladas em sua vida social, política, religiosa e espiritual pela vontade estatal, representada por burocracias coloniais, e continuam regidas por patriciados civis e militares, confiantes em que, pela outorga de leis e decretos paternalísticos, possam resolver todos os problemas dentro da velha ordem institucional.

Os primeiros instrumentos de implantação dos *Povos-Novos* foram as feitorias de escambo que trocaram com os índios bugigangas por produtos da terra. As instituições reguladoras fundamentais foram, porém, a fazenda e a escravidão. A primeira forneceu o modelo organizacional de empresa que permitiu viabilizar economicamente a colonização, atrelando os mundos de além-mar aos núcleos mercantis europeus. A segunda forneceu o mecanismo de conscrição da força-de-trabalho que permitiria reunir e desgastar milhões de homens, convertidos aqui também, no principal combustível das empresas produtoras de ouro e prata, de açúcar, de algodão, de café, de cacau e de muitos outros gêneros tropicais.

As fazendas e minas escravocratas, pondo em presença os europeus, como senhores, e os africanos e índios escravos criaram condições para o advento maciço de mamelucos gerados por europeus e índias, e de mulatos, gerados por europeus e negras, fazendo surgir, assim, um estrato sócio-racial intermédio, igualmente distanciado das matrizes originais. Este operaria como um novo agente de caldeamento racial e de entrecruzamento cultural para produzir novos mestiços.

Os *Povos-Novos* se configuraram segundo padrões distintos, conforme fossem ou não estruturados como economias de *plantation* e, em conseqüência, contassem ou não com contingentes negros e conforme se originassem ou não de protocélulas étnicas, plasmadas antes da expansão do sistema de fazendas.

No caso do Brasil, da Colômbia e da Venezuela e de algumas das Antilhas, o negro não só esteve presente mas foi chamado a integrar-se em comunidades; já eram capazes de preencher requisitos mínimos de sociabilidade antes de sua chegada. O escravo negro saía, assim, do desenraizamento de sua própria tradição — através da deculturação — para aculturar-se num corpo de compreensões coparticipadas, de técnicas bem definidas de provimento da subsistência, de crenças e de valores de uma etnia embrionária. Ali onde, ao contrário, faltaram estas proto-células étnicas, o escravo se encontrou só diante do capataz e do senhor. Não podendo entender-se com seus companheiros, tomados de outras tribos, teve de apelar ao mais fundo de sua humanidade para conservar-se humano, na condição de besta de trabalho a que fora reduzido. Nestas circunstâncias ao ser deculturado, só aprendia a falar boçalmente a língua do amo, e a produzir segundo técnicas inteiramente novas para ele, exigindo de todos os

modos uma infantilidade que parecia corresponder a seu primitivismo, mas que só exprimia as terríveis condições em que vivia, como o carvão humano das lavouras e das minas. Este foi o caso do Sul dos Estados Unidos, das Antilhas inglesas, holandesas e francesas.

Ali onde a grande lavoura não se implantou — como no caso do Chile, e do Paraguai — e não se contou, por isto mesmo, com o negro, a influência indígena pôde prevalecer por mais tempo. O europeu teve então necessidade de indianizar-se mais ainda e as populações neo-americanas resultantes do cruzamento se constituíram predominantemente de mestiços índios-europeus falando freqüentemente as línguas aborígenas, — como os paraguaios — mas conservando sempre muitos dos costumes originais, embora atuassem como os principais agentes de erradicação do índio tribal.

Na formação racial e na configuração cultural destas variantes dos *Povos-Novos,* cada matriz contribuiu em proporções distintas. O indígena contribuiu, principalmente, na qualidade de matriz genética e de agente cultural que transmitia sua experiência milenar de adaptação ecológica às terras recém-conquistadas. O negro, também como matriz genética, na qualidade de força-de-trabalho geradora da maior parte dos bens produzidos e da

riqueza que se acumulou e se exportou e, ainda, como agente da europeização, que assegurou às áreas onde predominava uma completa hegemonia lingüística e cultural européia. O branco teve o papel de promotor da façanha colonizadora; de miscigenador capaz de multiplicar-se prodigiosamente; de implantador das instituições ordenadoras da vida social; e, sobretudo, de agente da expansão cultural que criou nas Américas vastíssimas réplicas de suas pátrias de origem, lingüística e culturalmente mais homogêneas que elas próprias.

Três contrastes flagrantes opõem os *Povos-Transplantados* às duas outras configurações. Primeiro, a disparidade de seus níveis de desenvolvimento: os primeiros integrados na civilização industrial moderna e os últimos afundados numa condição de atraso histórico e de dependência neocolonial. Segundo, o caráter distinto das relações inter-raciais vigentes em cada configuração: regidas pela discriminação e pela segregação mais brutais, no caso dos *Povos-Transplantados* do Norte, e por uma atitude mais flexível de estímulo à miscigenação e de preconceito racial menos agressivo, nos dois outros casos. Terceiro, pelos diferentes graus de integração da respectiva população na sociedade e na cultura nacional: cumprida quase totalmente pelos *Povos-Transplantados,* mas inconclusa nos demais.

Estes dois últimos contrastes são passíveis de explicação em termos das configurações histórico-culturais que vimos estudando. Assim é que, entre os *Povos-Transplantados,* embora se encontrem certas camadas marginalizadas, como os negros e mulatos norte-americanos, elas são francamente minoritárias. Entre as demais configurações, entretanto, as camadas marginalizadas são francamente majoritárias. Vale dizer, nestas sociedades —, o contingente principal da força-de-trabalho está excluído de amplas esferas da vida nacional. Este é o caso das camadas designadas como "indígenas" nos *Povos-Testemunho,* marginalizadas culturalmente da vida nacional. É o caso, também, dos imensos contingentes de marginalizados sociais, presentes nos *Povos-Novos*. Não estão incorporados ao sistema econômico porque não chegam a ser assalariados regulares, e pouco ou nada produzem e consomem do mercado. Estão excluídos da nação, porque não participam da vida política, uma vez que, como analfabetos, não são eleitores; e, mesmo quando alfabetizados e eleitores, estão de tal modo submetidos ao despotismo fazendeiro que não chegam a ser cidadãos de uma pátria. Estas massas marginalizadas são de origem principalmente indígena, nos *Povos-Testemunho* e de origem predominantemente africana, nos *Povos-Novos.*

Como entidade cívica, o "povo" na configuração *Povos-Transplantados* é constituído por quase toda a população. Nas demais configurações, onde mesmo a condição de trabalhador livre, de eleitor e de cidadão é um privilégio, "o povo-nação" é constituído por uma minoria diferenciada e oposta ao povo-massa. Estas diferenças se explicam, em parte, pelos obstáculos opostos à ascensão social das classes subalternas. Nos *Povos-Testemunho,* elas tiveram de ascender da condição de etnias avassaladas, submetidas às formas mais despóticas de dominação. Nos *Povos-Novos* foram chamadas a alçar-se das formas mais opressivas de escravidão à condição de trabalhadores livres. Os principais impecilhos à sua ascensão foram a ausência de um segmento social intermédio e autônomo com o qual pudessem aliar-se na luta pela reordenação da sociedade; seu próprio condicionamento ao regime servil que, comprimindo ao extremo seus níveis de aspiração e de consumo, fez com que desenvolvessem uma conduta passiva, orientada principalmente para poupar sua energia ao máximo; a redução de seus horizontes intelectuais a uma grosseira compreensão da realidade que, da resignação com a ordem vigente, como uma ordem sagrada, saltava à insurreição messiânica inspirada em miragens de paraísos perdidos em um passado mítico em que não havia escravos nem senhores.

O fato fundamental do atraso residira porém, nos imperativos da dominação colonial-escravista que condicionaram toda a população livre a viver da exploração das classes subalternas, concebendo esta relação como natural e necessária. Nestas condições, os estratos "livres" foram predispostos a opor toda sorte de resistência à libertação dos escravos e, depois, à sua ascensão como cidadãos. Estabeleceu-se e se perpetuou, desse modo, uma enorme distância social entre *livres e escravos,* no caso dos *Povos-Novos* e entre brancos e índios, no dos *Povos-Testemunho,* impossibilitando qualquer aliança entre eles. As principais conseqüências desta oposição foram perpetuar formas despóticas de conscrição da mão-de-obra e impedir que a gente livre e pobre ascendesse à condição de granjeiros, mantendo-se, assim, a velha ordenação social desigualitária.

É notório que, surgindo e cristalizando-se como sociedades nacionais sob condições tão díspares, os povos americanos das três configurações tivessem, também, distintas capacidades de se integrar na civilização industrial moderna, como sociedades autônomas. Todavia, uma compreensão acurada das causas do atraso e das perspectivas de desenvolvimento destes povos exige três análises complementares: uma delas, que os focalize como for-

mações sócio-econômicas; a outra, que examine seus modos de ordenação sócio-política; e uma terceira, que evidencie o papel dos conteúdos ideológicos responsáveis pelo caráter espúrio ou autêntico de suas culturas.

II

Formações Sócio - Econômicas

A MAIOR das contribuições de Marx às ciências sociais foi, provavelmente, a fixação do conceito de "Formações econômico-sociais". Lamentavelmente, porém, embora se interessasse por todo o processo da evolução humana, Marx só estudou detidamente os antecedentes de uma formação específica: o capitalismo. Engels (1855) é que se ocupou do estudo das formações anteriores explicitando as idéias de Marx a respeito e divulgando as concepções de

Morgan (1887) sobre a evolução das sociedades humanas.

A mais importante obra de Marx sobre as formações pré-capitalistas (1866), que só foi publicada pela primeira vez em 1940, discrepa largamente da concepção de Engels. Este concebia a evolução como uma seqüência unilinear de estágios que iriam do comunismo primitivo ao escravismo, ao feudalismo, ao capitalismo e, finalmente, ao socialismo. Marx supunha duas rupturas possíveis com as formas arcaicas de vida social: uma pela via *antiga clássica* do escravismo greco-romano; a outra através do que designa como *formação asiática* ou *despotismo oriental*, responsável pelo surgimento das altas civilizações do passado, fundadas na agricultura do regadio, como as da Mesopotâmia, do Egito, da Índia, da China, e, nas Américas, a Maia, Azteca e a Incaica. Neste tipo de formação não se registra a propriedade privada da terra, nem a escravidão pessoal. A terra era um bem comum, ainda que atribuída como propriedade ao faraó, ao inca ou a seus equivalentes. Por este procedimento, porém, de fato, sua posse era entregue às comunidades camponesas cujo trabalho era dirigido por uma vasta burocracia estatal. A outra formação que Marx chamou *antiga-clássica* se funda na propriedade privada da terra e na escravização pessoal da mão-de-obra.

O esquema de Marx corresponde, mais que o de Engels, aos conhecimentos acumulados pela arqueologia e pela história depois de sua morte e constitui, ainda hoje, o texto mais fecundo que se escreveu sobre a matéria. O esquema de Engels envelheceu não apenas por se ter tornado incapaz de explicar as novas descobertas mas, sobretudo, porque se dogmatizou. No período stalinista, os estudiosos marxistas deixaram de falar da *formação asiática* e reformularam o conceito de *feudalismo* de modo a torná-lo tão genérico que o converteram numa categoria aplicável a todas as situações que não correspondiam nem ao escravismo, nem ao capitalismo. É de assinalar, porém, que o próprio Marx, tendendo a identificar o conceito geral de feudalismo com a Idade Média européia, que o exemplificava, contribuiu para esta generalização vaga.

Todas as teorias de alto alcance histórico se fundamentam, essencialmente, nesses esquemas marxistas aos quais Lênin acrescentou o conceito de formação *imperialista,* como uma etapa particular do capitalismo industrial. Estes esquemas, embora se prestem para descrever a progressão das sociedades européias — de cuja história foram inferidas — não se aplicam, senão de modo forçado, a outros contextos históricos. Nesse sentido, foram mais prejudiciais do que benéficos aos estudos americanistas, porque os converteram em

esforços vãos de identificar remanescentes feudais no passado e no presente dessas sociedades. Compelidos a admitir que havia, também, conteúdos escravistas e capitalistas-mercantis nas formações americanas, tais estudos se viam na contingência de falar de formações híbridas, acabando por só dar ênfase ao *feudalismo,* enquanto etapa necessária para fundamentar o caráter capitalista da revolução que se devem propor os povos atrasados das Américas.

A discrepância visível entre os textos recém-divulgados de Marx (que não foram escritos em sua juventude mas nos anos em que redigia *O Capital*), as concepções clássicas de Engels e sua reformulação de inspiração stalinista, estão ensejando uma reabertura do debate sobre estes temas o que promete ser muito fecundo. Já não é sem tempo, porque a inadequação dessas formulações — referentes, sobretudo, aos antecedentes do surgimento da formação capitalista — é tão evidente que não é possível progredir no estudo das causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos, sem redefini-las. Para isto é indispensável recorrer ao copioso material descritivo reunido nas últimas décadas através das pesquisas arqueológicas, etnológicas e históricas sobre os povos de todo o mundo, os quais, exemplificando as mais diversas modalidades de organização econômica, de estratificação social e de conformação ideológica, permite uma re-

visão das categorias clássicas das etapas de evolução humana.

Foi o que tentamos fazer num estudo dedicado a abrir um debate sobre o tema (1968) a partir de uma perspectiva não-européia. Naquele estudo, propomos uma seriação das etapas evolutivas ou das formações sócio-econômicas a qual acompanha, aproximadamente a de Marx, mas lhe acrescenta algumas categorias novas e redefine ou altera outras. As principais redefinições consistem em designar como *Impérios Teocráticos de Regadio* a "formação asiática" de Marx e como *Impérios Mercantis Escravistas* a sua "antiga-clássica". A alteração substancial consiste em conceituar o *feudalismo* não como uma formação ou uma etapa da evolução humana, mas como uma regressão histórica em que são suscetíveis de cair todas as altas civilizações. Tais regressões ocorrem quando entram em colapso grandes estruturas imperiais de dominação, antes polarizadas por redes urbanas, ligadas por estradas ou outros meios regulares de comunicação e transporte e integradas como amplos sistemas mercantis. Então, as cidades declinam, desaparece o comércio e com ele os *ergastérios* e os *latifúndios* escravistas, a produção volta a ser doméstica e destinada principalmente à subsistência. Toda a macro-estrutura se coalha em pequenos núcleos locais auto-suficientes, dominados por senhorios feudais. Não ocorre aqui

uma progressão do escravismo a servidão, como se supunha, mas uma simples degradação do sistema mercantil, numa conjuntura em que, sendo impossível aliciar escravos e os tornando inúteis enquanto produtores de mercadorias invendáveis, o inviabiliza como sistema de conscrição de mão-de-obra. Também não se verificam progressos técnicos assinaláveis, como pretenderam alguns estudiosos europeus, mas a adoção de invenções e descobertas desenvolvidas em outras áreas e, mesmo isto, só no período de regeneração, como os primeiros passos para o surgimento de uma nova formação.

O acréscimo consiste na proposição das categorias: *Impérios Despóticos Salvacionistas* e *Impérios Mercantis Salvacionistas*. A primeira, para situar formações como a Islâmica, surgida da conquista e reordenação de áreas feudalizadas de antigas civilizações em novas estruturas imperiais. A segunda, para situar, na evolução humana, formações como a ibérica e a russa, incipientemente capitalistas e incapazes de empreender, por si mesmas, a revolução industrial, mas responsáveis pelas primeiras rupturas com o feudalismo europeu, pela restauração da economia mercantil e, no caso dos povos ibéricos, pela restauração do colonialismo e do escravismo de tipo greco-romano, bem como pela criação da primeira civilização de âmbito mundial. Esta última etapa da

evolução humana, que consideramos uma formação sócio-econômica, foi vista por Marx apenas como um passo prévio de acumulação de capitais, que ensejou o amadurecimento das formações capitalistas. A revisão se impõe, a nosso juízo, porque só a visão euro-cêntrica de Marx e sua perspectiva historicista, orientada para discriminação dos antecedentes do florescimento do capitalismo industrial, explica não haver ele atentado nas peculiaridades da expansão islâmica e no seu caráter de formação autônoma. E, sobretudo, que ele tenha subestimado o papel dos povos ibéricos como principais agentes da revolução mercantil; como desencadeadores da primeira ruptura efetiva com o feudalismo na Europa; e, ainda, como construtores da primeira civilização de base mundial.

Todos estes fatores, da maior transcendência, e, sobretudo, a radicalidade das sucessivas transfigurações sócio econômicas e culturais das sociedades ibérica e russa do século XVI — não identificáveis como feudalismo nem como capitalismo — e das respectivas progressões históricas posteriores, que não as tendo conduzido ao capitalismo industrial nos levam a tratá-las como uma formação particular: a Mercantil-Salvacionista, com seus principais núcleos metropolitanos situados na Ibéria e seus contextos coloniais-escravistas e coloniais-mercantis distribuídos por toda a Terra.

Simultaneamente com este processo, como frutos exógenos de amadurecimento da Revolução Mercantil e como resultantes da acumulação de capitais lograda pelos ibéricos, começam a configurar-se as formações *Capitalistas-Mercantis* que floresceram, primeiro na Holanda, na Inglaterra e na França do século XVII, criando um novo tipo de sociedade no qual desabrocharia, mais tarde, a Revolução Industrial. Esta desencadeia um novo processo civilizatório que transfiguraria, mais uma vez, as sociedades humanas, polarizando-as como formações Imperialistas-Industriais e suas contrapartes: o *Colonialismo Mercantil* e de *Povoamento* e, mais tarde, o *Neocolonialismo*.

Estas últimas formações é que realizaram a unificação da economia mundial iniciada no ciclo da expansão mercantil-salvacionista, tanto impondo seu domínio a todas as nações não industrializadas, como liberando antigas colônias da dominação ibérica para colocá-las sob seu controle, seja como áreas de exploração neocolonial, seja como colônias mercantis e de povoamento.

A primeira reação contra esta hegemonia mundial das nações precocemente industrializadas (Inglaterra, França, Países Baixos e Estados Unidos) deu nascimento ao *modelo tardio* de desenvolvimento capitalista industrial, representado pela Alemanha, pelo Japão, e mais tarde, pela Itália que, no curso de sua

emancipação e expansão, submergiram o mundo em guerras sucessivas. A segunda forma de ruptura capitalista foi concretizada pelo surgimento dos *modelos recentes* de desenvolvimento industrial, ensejados pelas conjunturas de guerra que, atenuando a dominação imperialista, permitiram às nações escandinavas e, mais tarde, ao Canadá, à Austrália e à Nova Zelândia alcançarem também o desenvolvimento pela via capitalista.

Ainda no curso da Revolução Industrial, um novo processo civilizatório gerado pelos movimentos de reordenação das bases da vida social, faz surgir uma nova formação, a *Socialista*. Primeiro, como *Socialismo Revolucionário* na Rússia e, depois, em várias outras sociedades atrasadas na história e submetidas à exploração neocolonial que encontravam nesta forma intencional de reordenação da sociedade o caminho do desenvolvimento industrial autônomo. E, a seguir, como *socialismos evolutivos,* estes de caráter menos intencional, que começam a surgir em algumas nações plenamente industrializadas como as escandinavas e a Inglaterra, pela reordenação das bases do seu sistema produtivo, forçada pela inviabilidade crescente do sistema capitalista e, sobretudo, pelas lutas das camadas assalariadas por uma participação maior na distribuição dos produtos do trabalho.

Na fundamentação do nosso esquema, procuramos mostrar que a evolução sócio- cultural é movida por uma seqüência de revoluções tecnológicas que, renovando a tecnologia produtiva e militar, dão lugar ao desencadeamento de processos civilizatórios e ao aparecimento de novas formações sócio-econômicas. As nações que primeiro configuram a nova civilização, atuando como focos de processos civilizatórios, desencadeiam movimentos cada vez mais amplos de expansão étnica e de dominação colonial, transfigurando o contexto internacional. Distinguimos oito destas revoluções tecnológicas, a saber: a *Revolução Agrícola,* responsável pelo rompimento com as formações tribais de caçadores e recoletores e pelo surgimento dos primeiros núcleos de lavradores e de pastores. *A Revolução Urbana,* assentada em novos progressos técnicos que tornaram possível a bipartição das sociedades em uma condição rural e uma condição urbana e a sua estratificação em classes econômicas, no corpo de Estados Rurais Artesanais, privatistas. A *Revolução do Regadio* que corresponde ao amadurecimento das primeiras civilizações regionais, na forma de Impérios Teocráticos de Regadio, cuja economia se baseava na irrigação dos campos de cultivo, na metalurgia e na escrita e numa estrutura sócio-política de estado-igreja. A *Revolução Metalúrgica* que surge com a difusão da tecnologia do ferro

forjado e proporciona as bases técnicas para a expansão das formações mercantis-escravistas de tipo greco-romano. A *Revolução-Pastoril,* atinente aos progressos nas técnicas de utilização da força animal para a produção e da cavalaria de guerra que, ao tornar obsoleta a estratégia dos exércitos de tipo romano, enseja a estruturação dos Impérios Despóticos Salvacionistas. A *Revolução Mercantil,* fundada principalmente na tecnologia da navegação oceânica, das armas de fogo e na tipografia, dá lugar, primeiro, ao surgimento dos Impérios Mercantis Salvacionistas, os quais rompem com o feudalismo em dois pontões marginais da Europa, a Ibéria e a Rússia, e compelem povos de todo o mundo a servi-los como colônias escravistas e mercantis; e, mais tarde, ao Capitalismo Mercantil, com seus sistemas de dominação colonial escravista, mercantil e de povoamento. A *Revolução Industrial* com a qual surge o Imperialismo Industrial e que, primeiro, reordena as relações entre os povos e, depois, dá lugar a formas de reordenação interna das sociedades como a Socialista Revolucionária e a Socialista Evolutiva. Surge, finalmente, já em nossos dias, uma nova revolução tecnológica, a *Termo-Nuclear,* destinada, aparentemente, a possibilitar a criação de um novo tipo de civilização, já não regional, nem mundial polarizada em torno de

potências imperiais, mas de uma Civilização Humana.

Como se vê por este resumo, procuramos relacionar de modo causal transformações prodigiosas nos modos de produção (revoluções tecnológicas) com o surgimento de novas formações sócio-econômicas e com a expansão destas por áreas cada vez mais amplas através de sucessivos processos civilizatórios. Nesta expansão, tanto se constituem núcleos pioneiros, integrados na nova técnica, como se criam vastos contextos de dominação sobre povos estranhos, cada vez mais longínquos. Estes não experimentam o processo civilizatório desencadeado pela revolução tecnológica como uma ascensão de uma a outra etapa da evolução humana, mas como dominação despótica que os priva de sua autonomia e só lhes permite conhecer parcialmente a nova tecnologia.

Esta observação nos obriga a distinguir duas vias pelas quais operam os processos civilizatórios. A primeira, que designamos como *aceleração evolutiva,* corresponde à progressão de um povo de uma a outra etapa da evolução sócio-cultural, com a preservação de sua autonomia étnica, cultural e política. A segunda, que chamamos *atualização* ou *incorporação histórica,* corresponde à conscrição de povos estranhos por centros exógenos de dominação que os convertem em seus "proletariados externos" destinados a produzir excedentes para a manutenção dos padrões de vida do núcleo cêntrico. A atualização histórica importa, quase sempre, em certo grau de progresso porque coloca em conjunção povos atrasados e avançados. Mas representa, para os povos atrasados, principalmente espoliação e despotismo. Foi o que sucedeu com os grupos indígenas americanos bem como com os negros trasladados da África para servirem de escravos nas minas e plantações das Américas. Uns e outros experimentaram uma atualização histórica que os incorporou à primeira civilização de âmbito mundial, servida por uma tecnologia mais alta, mas da qual apenas participavam como carvão humano. Sua integração no sistema não se processou, por isto, como uma progressão da formação original (*Tribos Pré-Agrícolas,* como os Botocudos do Brasil, por exemplo) *Aldeias Agrícolas Indiferenciadas,* como os Tupinambá e Aduak, do Brasil; *Estados Rurais-Artesanais,* como os Chibcha e Timote da Colômbia e Venezuela; *Impérios Teocráticos de Regadio,* como os Aztecas e Incas) para etapas mais altas, como as formações Mercantis-Salvacionistas ou as Capitalistas-Mercantis. Ao contrário disto, a progressão se fez por sua conversão em dependências externas de novos focos de civilização, tal como Colônias-Escravistas, nos casos citados, Colônias-Mercantis, como as do Extremo Oriente e Co-

lônias de Povoamento, como as da América do Norte, de centros imperiais. Em lugar de uma aceleração evolutiva, os povos americanos experimentaram uma atualização histórica. Em conseqüência, além de não se configurarem como as novas formações emergentes, também não se formaram como uma etapa pregressa das formações, defasadas em relação a elas. Configuram-se, isto sim, como contrapartes contemporâneas de formações mais avançadas, indispensáveis ao funcionamento do sistema global e tendentes a se perpetuarem nesta condição porque só assim serviam aos desígnios de seus dominadores.

Dentro dos esquemas evolutivos clássicos, o Brasil do passado e do presente poderia ser classificado tanto como formação escravista, quanto feudal ou capitalista; e a Península ibérica do século da descoberta, como feudal, capitalista ou até escravista. Alguns estudiosos procuraram sair desta dificuldade criando categorias híbridas para conciliar o caráter escravista da conscrição da mão-de-obra com o caráter capitalista-mercantil da economia de exportação e com certas tonalidades feudais de algumas instituições. Era impossível, porém, explicar, no caso da Península Ibérica, o fenômeno de uma formação feudal que se organizava como um poder fortemente integrado a ponto de lançar-se sobre sua própria sociedade e sobre o mundo como um novo *chihad*

salvacionista e de expandir-se com uma energia conquistadora e colonizadora sem precedentes. E também o fenômeno de uma formação capitalista incapaz de industrializar-se, que depois de algumas façanhas submerge no atraso com respeito aos holandeses e ingleses, acabando por converter-se numa formação neocolonial, ao se desencadearem os processos civilizatórios gerados pela Revolução Industrial.

Colonialismo Escravista e Neocolonialismo

De acordo com o esquema conceitual aqui proposto, o Brasil surge como formação Colonial-Escravista subordinada a um Império Mercantil-Salvacionista. Os dois eram componentes interativos e complementares do mesmo sistema global que privilegiava o pólo dominador, estruturado por aceleração evolutiva, e explorava o pólo dependente, surgido de um movimento de atualização histórica. Mais tarde, com o amadurecimento de uma nova revolução tecnológica, a industrial, agrava-se a obsolescência de Portugal que, não chegando a estruturar-se nem mesmo como formação Capitalista-Mercantil, torna-se incapaz, também, de integrar-se automaticamente na nova civilização. Criam-se, assim, condições para

que o Brasil emerja da condição colonial escravista. Entretanto, como a ruptura se dá através de um movimento de atualização histórica, só consegue desvincular-se do contexto anterior para converter-se numa formação neocolonial, inserida no sistema de dominação Capitalista-Industrial, como um dos proletariados externos de seus núcleos cêntricos.

No curso dos dois processos civilizatórios, a população brasileira experimenta certos progressos reflexos. Com o primeiro, gerado pela Revolução Mercantil, conhece a metalurgia, a navegação oceânica, o sistema de fazendas, a religião católica, etc. Com o segundo, movido pela Revolução Industrial, passa a utilizar ferrovias, navios a vapor, o telégrafo, telefone, energia elétrica, veículos com motores a explosão, etc. Mas só os experimenta na medida em que essas conquistas técnicas podiam contribuir para que exercesse melhor suas funções complementares: primeiro, de feitoria produtora de açúcar e de ouro; depois, de área de produção de algodão, café e alguns gêneros tropicais de exportação. Nos dois casos, estes progressos reflexos permitem conscrever sua população para o trabalho, viabilizar sua integração em sistemas econômicos mundiais, mas perpetuam sua condição de "proletariado externo" que não existia para si, mas para outrem.

O grande dilema brasileiro de nossos dias está na nova opção que deve ser feita entre a via da atualização histórica e a da aceleração evolutiva, no âmbito de uma nova revolução tecnológica em curso, a Termonuclear. A primeira, que é a alternativa propugnada pela classe dominante, consiste na industrialização recolonizadora e na modernização reflexa, representada, agora, pelo papel de consumidor de transístores, computadores, aparelhos eletrônicos, radar, etc., que eternizaria sua condição neocolonial e sua subordinação à economia cêntrica do sistema implantado na América do Norte. Esta nova atualização perpetuaria, simultaneamente, a velha estrutura de poder, em seus conteúdos patronais e patriciais e congelaria a estratificação social vigente com os privilégios que ela propicia à classe dominante. A segunda, correspondente à aceleração evolutiva, é o caminho da industrialização autônoma, da realização das potencialidades econômicas do país, através da exploração intensiva dos recursos nacionais bem como da modificação e integração na vida nacional das enormes reservas disponíveis de mão-de-obra. Sua adoção requer, porém, uma mudança prévia da estrutura de poder que retire a capacidade de decisão das mãos das classes dominantes que fracassaram secularmente em assegurar progresso autônomo e em implantar um regime democrático de partici-

pação popular. Este malogro só diz respeito ao povo e à nação. Para as classes dominantes, que se constituíram e cresceram associadas à espoliação externa (primeiro colonial, depois imperialista), a progressão histórica brasileira representou um modo de sobrevivência. Seus interesses se identificam tão profundamente com a perpetuação da dependência externa e da exploração classista que só sua erradicação pode ensejar uma superação deste enquadramento, responsável pelo atraso do país e pela penúria da maioria da sua população. Neste sentido, a classe dominante das formações geradas por atualização histórica vive da dependência e do atraso e dele extrai sua prosperidade.

Dois são os caminhos que se abrem ao Brasil e a todas as formações neocoloniais para a ruptura com o atraso através de um movimento de aceleração evolutiva. Primeiro, o *Nacionalismo Modernizador* que ensejou ao México e está ensejando agora à Argélia, ao Egito, à Síria, entre outros países, a realização da reforma agrária e a contenção da espoliação imperialista. É de assinalar, porém, que esta última via não se revelou capaz, até agora, de conduzir nação alguma ao pleno desenvolvimento. É de supor que, no futuro, dentro da conjuntura mundial bipartida em economias socialistas e capitalistas e em múltiplos centros reitores, este desenvolvimento se

torne viável. Segundo, o *Socialismo Revolucionário* de modelo soviético, ou suas variantes, que permitiu a tantas nações atrasadas e dependentes alcançar o desenvolvimento pela integração autônoma da totalidade de sua população nos modos de vida da civilização industrial moderna.

A opção entre dois caminhos de aceleração evolutiva não é matéria de preferência, mas produto da conjuntura em que se der o confronto entre as forças que defendem a ordenação social vigente e as que a ela se opõem. Depende, ainda, da composição social das forças que alcançarem o poder político para reordenar a sociedade.

III

Ordenação Sócio - Política

NAS ANÁLISES de alto alcance histórico, verifica-se que o fator determinante da evolução humana é o progresso da tecnologia produtiva e militar efetuado através da sucessão de revoluções tecnológicas e dos processos civilizatórios que elas desencadeiam. Nas análises de alcance médio, entretanto, observa-se que a exploração da capacidade produtiva de uma tecnologia está sempre condicionada pelo modo de organização das relações de traba-

lho e pelo caráter da estrutura de poder. Sendo ambas regidas segundo os interesses da minoria dominante, esta limita a produtividade àqueles níveis que mais favorecem a perpetuação do seu domínio. No capítulo anterior, mostramos como se sucederam as revoluções tecnológicas e os processos civilizatórios a que elas deram lugar gerando formações econômico-sociais diversas.

Cumpre-nos analisar, agora, a interação dialética que faz com que o fator crucial, representado pela tecnologia, dependa, em cada situação concreta, de fatores circunstanciais, representados pelas formas de ordenação social, colocando em foco sua importância decisiva dentro da totalidade em que operam.

Foi provavelmente em razão desta relevância que Marx tratou como um fator causal único, os conteúdos tecnológicos (meios de produção) e os fatores sócio-econômicos (relações de produção), designando-os globalmente como "modos de produção" e responsabilizando-os pela dinâmica social. Efetivamente, é assim que aparecem os fatores nas análises de alcance médio que permitem descrever seqüências ou etapas da história humana como uma sucessão de interações competitivas destes componentes do modo de produção, cada um dos quais, ao se alterar, afeta os demais e lhes impõe transformações paralelas. Esta é também a razão pela qual uma produtividade

humana acrescida, que torne o homem capaz de produzir excedentes sobre o seu consumo, não conduz diretamente à generalização da abundância, mas ao contrário, conduz à escravidão e às guerras de dominação, seja para prear escravos, seja para impor outras formas de contingenciamento da mão-de-obra, tendo em vista produzir excedentes para apropriação. A aplicação destes excedentes em obras suntuárias que exige grandes massas de trabalhadores, cria sociedades cada vez maiores e mais interdependentes, cuja sobrevivência impõe o alargamento paralelo das atividades produtivas. Assim é que a acumulação de progressos tecnológicos, gerando maiores potencialidades produtivas, não traz no seu bojo a abundância mas a estratificação da sociedade em classes e, mais tarde, sucessivas reordenações das relações de produção e a correspondente transfiguração das classes sociais.

O processo evolutivo avança, como se vê, movido globalmente pelas inovações tecnológicas mas ativado, em cada situação histórica concreta, pelos conflitos entre sociedades e, dentro destas, entre os seus componentes, diferenciados em classes. Nosso propósito aqui é o estudo desta ordem de tensões, características das sociedades estratificadas, cujos antagonismos internos exigem a implantação de mecanismos de repressão, sempre que os corpos de valores ideológicos não sejam capazes

de condicionar as camadas oprimidas e aceitar o seu destino como natural e desejável; e cujas relações externas levam à criação de aparatos comerciais e militares para o intercâmbio, a defesa, a expansão externa e a colonização.

Apesar do poderio dos mecanismos de repressão, surgem conjunturas nas quais a oposição entre os interesses divergentes das classes dominantes e das subalternas geram insurreições populares; e em que os conflitos de interesses das potências colonizadoras e das populações subjugadas conduzem a guerra de emancipação. As insurreições populares podem levar tanto a reordenações sociais progressistas quanto a regressões. Dá-se o primeiro caso, quando são comandadas por estratos sociais aspirantes ao poder, mais capacitados a explorar as potencialidades produtivas da tecnologia disponível. As regressões ocorrem quando as classes subalternas destroem as estruturas de poder vigentes, para se reorganizarem tão-somente como comunidades autárquicas e relativamente igualitárias. Estas, via de regra, acabam sendo dominadas por núcleos externos, caindo na dependência de novas constelações de poder em expansão.

As guerras de emancipação surgem, em geral, da maturação de novas etnias nacionais que, ao assimilarem a tecnologia mais avançada dos centros de dominação, tendem a voltar-se contra estes, para assumir a autonomia no comando do seu destino. Uma vez alcançada esta autonomia, elas tendem a empreender por sua vez, movimentos de expansão colonizadora sobre os povos do seu contexto.

No curso destes processos conflitivos, os fatores tecnológicos renovadores, e social-constrictores e ideológico-motivadores operam dentro de conjunturas globais conducentes à estabilidade ou à mudança, conforme preponderem as forças da ordem ou as tensões irruptivas. Ordem, neste sentido, é estagnação ou progresso meramente atualizador e intrinsecamente conservador, porque regido pela camada dominante tradicional e em conformidade com seus interesses. As tensões irruptivas, como as insurreições populares ou as guerras de emancipação, enquanto esforços para romper o enquadramento institucional ou os mecanismos de dominação externa são, ao contrário, suscetíveis de promover a aceleração evolutiva. Como reflexos concretos desta dinâmica, encontra-se, em cada sociedade, de um lado, sistemas de perpetuação da ordem vigente e de regulação das reformas consentidas pelos grupos dominantes e, do outro, tensões irruptivas, tendentes à renovação social. Aos primeiros, designamos co-

mo estruturas de poder; às últimas, como forças virtualmente insurgentes.

A estrutura de poder se configura, em cada momento, como uma ordenação sócio-política que institui e garante a forma de apropriação de bens; que regula os modos de conscrição da mão-de-obra e que estatui a forma de distribuição dos produtos do trabalho. E, ainda, como uma institucionalização dos órgãos de regência da vida política e de manutenção do regime. Estas quatro esferas, admitindo, embora, certas tensões internas, devem ter um mínimo de congruência operativa que lhes assegure unidade de ação na preservação da estrutura total sempre que esta seja ameaçada. Ainda que se registrem conflitos entre corpos de regência e de manutenção da ordem estes geralmente não excedem o limite de disputa entre facções que não chegam a afetar as bases permanentes do sistema, tais como: a forma de apropriação de bens e os mecanismos de conscrição da mão-de-obra. Os agentes do poder político, por exemplo, estão freqüentemente em conflito entre si pela distribuição de cargos e regalias bem como em tensão e disputa com os agentes da manutenção da ordem. Estes últimos, enquanto corpo monopolizador do emprego legal da violência, sempre podem utilizar suas armas para empolgar o poder e o fazem cada vez que a legitimidade

do mando político se torna questionável, especialmente quando este perde a confiança do patronato. As sedições militares são, por isto, intrinsecamente conservadoras porque, mesmo quando se levantam contra os cabeças do regime, o fazem em nome dos interesses permanentes deste, na perpetuação da ordenação social global.

A ruptura desta unidade essencial da estrutura de poder e a conseqüente abertura da ordenação social ao debate e à redefinição, só pode ser alcançada por meios revolucionários que excedem o âmbito de tensões habituais entre seus componentes. Raramente se ensejam estas rupturas, dada a unidade da classe dominante e seu monopólio do uso da violência, institucionalizada como máquina repressiva, em geral suficientemente eficaz para dissuadir as revoltas ou para dominar as insurreições que chegam a ser desencadeadas. A ordenação social só se abre, efetivamente, quando as tensões entre classes contrapostas não podem ser contidas e irrompem insurreições populares incontroláveis. Mesmo então, as classes dominantes buscam restabelecer a ordem, oferecendo um mínimo de concessões, as quais podem perder-se quando um estamento, anteriormente subalternizado, conquista o poder (como a burguesia nas revoluções liberais) e se capacita a reprimir os movimentos populares.

No caso do Brasil, identifica-se claramente uma ordenação sócio-política de caráter oligárquico-patricial que se implantou com a cristalização da formação colonial-escravista e que, desde então, só se alterou para melhor ajustar os mesmos corpos originais de interesses às novas condições. Assim é que, no trânsito do colonialismo-escravista à formação neocolonial, esta ordenação entrou em crise de redefinição, mas conseguiu superá-la, preservando seus elementos essenciais até 1930, quando a crise geral do capitalismo voltou a colocá-la em xeque, iniciando-se uma quadra de redefinições que se prolonga até nossos dias.

No período colonial-escravista, esta ordenação tinha seus alicerces institucionais na propriedade latifundiária que cumpria a dupla função de monopolizar a terra para o uso agrícola e de contingenciamento da mão-de-obra livre, além da escrava, para o trabalho das fazendas e minas. Alicerçava-se no sistema de plantações produtoras de gêneros tropicais para exportação, ampliado, mais tarde, com a exploração do ouro e diamante. Era regida por um patronato senhorial de fazendeiros e mineradores, combinado

com um patronato parasitário, dedicado à usura, ao comércio de importação de escravos e de exportação de açúcar.

A regência da vida pública cabia a representantes burocráticos do poder colonial colocados à frente dos comandos administrativos, militares e eclesiásticos.

A estratificação social correspondente a esta ordenação oligárquica podia ser representada por um obelisco apoiado numa base piramidal.

A cúpula alongada representando o patronato cujo poder decorria da propriedade da terra, do comércio de mercadorias e de dinheiro e o patriciado burocrático que exercia o mando político, derivado do desempenho de cargos públicos. O colo achatado, representando os setores intermédios, do escasso estrato da população livre e pobre, predominantemente mestiça e mulata. Esta procurava subsistir nas atividades ancilares, como o pequeno artesanato das vilas; o engajamento nas tropas oficiais ou irregulares destinadas à repressão das revoltas de escravos e à sujigação dos índios hostis; o ingresso nas categorias mais baixas do clero; a pequena lavoura granjeira, produtora de gêneros de subsistência; e, sobretudo, a atividade pastoril onde o trabalhador livre não se via compelido a labutar junto aos escravos. Na base da pirâmide ficava a escravaria das fazendas, das minas, das vilas,

como o contingente populacional maior e mais oprimido, tanto pela espoliação de que era vítima quanto pela opressão em que vivia.

As tensões mais graves que experimentou esta estrutura de poder vinham, em conseqüência, das revoltas de escravos já deculturados do seu patrimônio original e aculturados à nova etnia, os quais se acoitavam em quilombos, ali resistindo às expedições de resgate e punição. Alguns destes quilombos que chegaram a contar com populações de dezenas de milhares de negros foragidos convulsionaram, por décadas, vastas regiões, sobretudo o nordeste açucareiro. Eram, porém, insurreições de classes subalternas, incapazes de propor-se um projeto de reordenação da sociedade em seu conjunto e que só almejavam escapar à escravidão ou reviver um passado idealizado, em que não havia escravos nem senhores. Seu aliado natural, os trabalhadores livres, também explorados pelo sistema de fazendas latifundiárias que mal lhes deixava condições de sobrevivência em atividades ancilares, deles se distanciavam pelas barreiras instransponíveis da discriminação, que separava os homens livres dos escravos e em conseqüência, os brancos, mulatos e mestiços, dos negros. Juntos poderiam ter implantado uma ordenação social não-escravista, fundada na pequena propriedade. Isolados e hostis uns aos outros, contribuíam para perpetuar as posi-

ções respectivas e o sistema global. Com o surgimento da consciência de que o sistema escravista entrava em obsolescência, as vantagens desta aliança tornavam-se cada vez mais evidentes. Jamais, porém, aquelas barreiras puderam ser superadas.

O trânsito da ordenação colonial à neocolonial processa-se, simultaneamente, com certas diferenciações na cúpula da estratificação social que prevalecera durante séculos. Efetivamente, as lutas emancipadoras têm início quando aos senhores de engenho e aos plantadores de tabaco, totalmente dependentes da comercialização externa de sua produção, se acrescentam novos estamentos patronais e patriciais, cujos interesses se opõem aos do sistema colonial. Tais foram, inicialmente, a camada dominante das zonas de mineração que produziam um bem com valor em si e os provedores de corte de gado, de mulas, de charque e de couros que produziam para o mercado interno. A constituição dos núcleos de mineração de ouro lançara as bases deste mercado interno em que as trocas se faziam com moedas e ouro em pó. Seu desenvolvimento é que proporcionaria a integração progressiva de diferentes regiões até então isoladas e voltadas para o exterior. Assim começa a estabelecer-se um sistema econômico que, ao unificar-se viabiliza a organização do Brasil como sociedade nacional, com interesses opostos aos

da metrópole. Esta oposição era flagrante para as zonas de mineração, onde a tributação extorsiva e o monopólio real da exploração diamantífera eram tidos como um despotismo. Embora menos evidente, a mesma oposição lavrava entre o patronato pastoril que, sentindo-se igualmente escorchado pelo fisco, e não dependendo de uma metrópole européia como agente comercial de sua produção, alcançava condições para propor-se a independência como projeto.

A estes estamentos se juntaria, mais tarde, o patronato parasitário do grande comércio de exportação e importação constituído quase exclusivamente por portugueses mas que aspirava a negociar diretamente com os ingleses. A ele se agregaria, com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, um novo e mais amplo patriciado burocrático que cresceu principalmente no Rio de Janeiro, engrossado pela famulagem real (mais de 15000 pessoas) afugentadas de Portugal por Napoleão. Estes grupos é que promoveram a independência quando ela se tornou inevitável e a institucionalizaram como um projeto em seu próprio proveito sob a forma de uma monarquia escravista, instrumentada para a repressão aos movimentos autonomistas dos caudilhos regionais, aos levantes das classes médias urbanas e às insurreições populares que aspiravam a uma reordenação social mais profunda.

Ressalvaram-se, assim, as características fundamentais da velha ordenação, mantendo-se as posições do patronato e transferindo o poder de mando das mãos dos agentes coloniais para um patriciado nativo, representante dos mesmos interesses. A ruptura do estatuto colonial e dos vínculos com Portugal dá lugar a uma formação neocolonial, no âmbito da dominação econômica inglesa. A própria monarquia foi adotada como modo de alterar, no mínimo possível, a estrutura de poder: de dissuadir os setores mais exaltados que aspiravam a uma reforma política de caráter republicano; e de reprimir as insurreições populares que conflagravam a sociedade brasileira, assim como toda a América Latina, exigindo uma reordenação social profunda.

A principal tarefa dos reguladores da nova ordem foi, por isto mesmo, reprimir as rebeliões populares que se sucederam em todo o país, entre 1823 e 1845, contra a estrutura de poder que, em nome da Independência, congelara a velha ordenação social. Nestas lutas perderam a vida mais de 50 mil brasileiros e a perderam em vão, pela incapacidade de suas lideranças de chamar as massas escravas ao combate. O precedente representado pelas revoluções farroupilhas, que libertaram os escravos e os integraram às suas tropas,

apavorou as próprias lideranças republicanas que temiam, acima de tudo, a irrupção de um levantamento geral de escravos. Estes temores contribuíram poderosamente para o esmagamento dos movimentos urbanos libertário-reformadores, permitindo a "pacificação" que consagrou a velha ordem fundada na propriedade monopolística da terra e na escravidão, como formas de conscrição da mão-de-obra. Criaram-se, desta forma, condições para expandir a cafeicultura pelo velho sistema de fazendas latifundiárias, mantido quase intocável até nossos dias.

As camadas de lavradores pobres, mas livres, que desde os tempos coloniais vinham se instalando como posseiros em terrenos ermos, foram compelidas a reintegrar-se nas fazendas na qualidade de colonos ou parceiros dos que se apropriavam, legalmente, das terras devolutas. Os setores intermediários das cidades, que se lançaram em movimentos autonomistas correspondentes aos que convulsionavam toda a América na primeira metade do século XIX, foram reprimidos em nome da unidade nacional e da preservação da ordem imperial. Desde então, tornava-se cada vez mais imperativa a fusão dos movimentos insurrecionais das massas escravas com as tensões dos setores intermédios, livres mas pobres e oprimidos, como condição prévia indispensável à reordenação social. Todavia, as barreiras que separavam os

brasileiros livres dos escravos continuavam suficientemente fortes para impossibilitar esta fusão.

A escravidão só cairia por obsolescência (1888), décadas depois de abolida em toda a América do Sul, quando se tornara impossível mantê-la porque os ingleses haviam impossibilitado a importação de escravos e porque se verificou que já era desnecessária, uma vez que as populações européias compelidas a imigrar se tornam um trabalhador mais barato que o escravo. A par disto, o monopólio latifundiário da terra, por si só, assegurava o contingenciamento da mão-de-obra para o trabalho nas fazendas, tanto do ex-escravo, como dos trabalhadores livres antes devotados a tarefas ancilares. Todavia, como componentes de uma estrutura solitária, caem juntos o escravismo e a monarquia, dando lugar a uma reordenação política de figurino republicano, regida inicialmente por autocracias militares provenientes da velha ordem e, depois, por líderes de perfil patricial. Os antigos barões se tornam senadores e os filhos dos fazendeiros, graduados bacharéis, se fazem deputados, compondo governos aparentemente republicanos, mas nos quais o único eleitor era o coronel-fazendeiro, com votos multiplicados pelo número de dependentes.

Ressalva-se, mais uma vez, a velha ordenação sócio-política fundada sempre no mo-

nopólio da terra, que continuaria compelindo toda a força de trabalho — agora unificada na condição nominal de trabalhadores livres — a optar entre servir em uma fazenda ou servir em outra fazenda igual. Mas regida, já então, por um sistema político eleitoral que dava aos controladores da força de trabalho o manejo do eleitorado e, assim, o comando efetivo da estrutura de poder. É a república fazendeira, em que o poder de exploração é exercido pelo mesmo patronato de sempre, e o poder oriundo do exercício de funções públicas caberiam ao patriciado antigo, alargado pelos bacharéis eleitos deputados pelos currais de eleitores das fazendas paternas.

A principal reação a esta ordenação assume a forma de rebeliões messiânicas que espocam em várias regiões como levantes populares contra o sistema oligárquico. Insurgindo-se contra um poder designado como "republicano", pareciam configurar movimentos de restauração monárquica (Canudos, 1836; Contestado, 1912). Na verdade, eram formas elementares de luta contra a ordem global, estruturada em torno da fazenda como instituição social básica. Sua feição messiânica correspondia ao atraso e à penúria a que foram condenadas as populações rurais, cuja visão do mundo apenas lhes permitia aspirar a uma restauração sagrada de uma ordem mítica.

Assim como a tarefa do antigo patriciado colonial fora a repressão às rebeliões de escravos, a missão dos patronos da Independência, como mantenedores do regime monárquico fora a repressão aos movimentos populares de emancipação e reordenação social, a tarefa do patriciado republicano foi reprimir as insurreições populares, as "invasões" de terras devolutas e os motins urbanos de militares dissidentes. Mais uma vez, a meta revolucionária parecia consistir na unificação das insurreições das camadas subalternas (agora já não escravas, mas livres) com as intentonas. Como operavam isoladamente, uns e outros puderam ser facilmente dominados.

Nas primeiras décadas do século XX intensifica-se a modernização reflexa, característica dos processos de atualização histórica. As forças renovadoras da Revolução Industrial, apesar de condicionadas aos imperativos do monopólio da terra, da economia de exportação com que se pagavam as importações, e à defesa dos interesses do patronato parasitário do comércio de importação, enseja a tecnificação dos transportes, a introdução das máquinas a vapor, da eletricidade, etc., e com elas, primeiro, a imigração maciça e, depois, a urbanização acelerada. Surgem, assim, núcleos urbanos em crescente expansão e um mercado interno cada vez mais alentado que

propicia a implantação de oficinas e manufaturas, convertidas, mais tarde, em fábricas.

A população do país, que era de cerca de quatro milhões de habitantes no momento da Independência (1822), passara a quatorze milhões quando se proclama a república (1889) e a 33 milhões em 1930. Dela, uma proporção crescente vai se fixando nas cidades, pelo atrativo que exerce sobre as classes dominantes o conforto da nova vida urbana; e, sobre as camadas modestas, pela oportunidade de trabalho livre e assalariado que ofereciam. Surge, assim, uma massa popular urbana independente do poderio fazendeiro, que alcança condições para o livre exercício da cidadania. Estes novos contingentes, não tendo ainda capacidade de exprimir suas próprias reivindicações, a não ser pelas vias ilegais do sindicalismo anarquista, aderem às aspirações dos setores da classe média, apoiando os movimentos que se propunham estruturar um regime verdadeiramente liberal e republicano[1].

Neste ambiente amadurece, aos poucos, a consciência do atraso nacional como problema

1 O principal movimento que provocam é desencadeado em 1924 por um grupo de militares que sai dos quartéis para lutar em campo aberto: a Coluna Prestes. Seu horizonte reformador entretanto, apenas alcança o reclamo de procedimentos mais democráticos por parte da república fazendeira. Vale dizer, que não lutavam para estruturar um poder novo, mas tão-somente, por um poder tradicional melhor.

e começa a ser posta em causa a legitimidade da ordenação oligárquico-patricial. As tensões se acentuam. Primeiro, na cúpula do sistema político em que se alternavam lideranças civis e militares cujas bases fazendeiras de sustentação e de legitimidade eram cada vez mais precárias. Depois, no seio da tropa, cuja oficialidade estava indisposta tanto contra a dissipação e o clientelismo do patriciado político como contra os antigos caudilhos militares.

A crise econômica mundial de 1929, provocando a debacle dos centros da economia exportadora, enseja uma reabertura do debate sobre as bases do regime, que conduz à revolução de 1930. Conquista o governo a coalisão de políticos e militares que mais se opunha, nominalmente, à velha ordem, propugnando o fortalecimento do poder federal contra os caudilhos estaduais. Os novos governantes encontravam diante de si uma dupla área de ação renovadora, em virtude de estarem desvinculados dos interesses da cafeicultura que, até então, haviam regido a vida republicana; de se terem desembaraçado do velho patriciado de políticos profissionais, através dos quais aquele domínio era exercido; e devido ao debilitamento dos centros imperialistas provocado pela crise mundial.

O horizonte de aspirações reformistas dos novos donos do poder não ultrapassava o ideário classe-medista das antigas intentonas mi-

litares: eleições limpas e governantes honestos. Como tal, não hostiliza o latifúndio, nem a economia de exportação. Muito ao contrário, passa a servi-los ainda mais devotadamente, através de moratórias e de subvenções. Preservam-se, assim, mais uma vez, os alicerces da velha ordenação social. Entretanto, a necessidade de evitar um novo levante de caudilhos regionais leva a uma política centralista que permitiria reestruturar o exército, fortalecer e ampliar a administração federal.

A necessidade de conservar o apoio popular, que tornara a revolução de 1930 vitoriosa, conduz a uma política social muito mais ousada que a antiga, que legaliza os conflitos de classe e institui a sindicalização. Vale dizer que este poder revolucionário, incapaz de enfrentar eleitoralmente a velha república-fazendeira se impõe aos caudilhos regionais pela força, atrai o patronato-fazendeiro por meio de favores, mas impõe ao patronato urbano uma regulamentação progressiva das relações de trabalho na indústria. Em face da conjuntura internacional de múltiplas potências em conflito, o governo se define por uma política de defesa nacional que permitiria formular, mais tarde, o primeiro projeto de desenvolvimento autônomo fundado em empresas estatais.

As principais conseqüências políticas destas inovações foram a modernização da carreira militar, a convocação da oficialidade

mais politizada para tarefas de governo e de condução do desenvolvimento econômico, afastando-a da conspiração permanente. Outra conseqüência foi a incorporação das massas assalariadas urbanas ao sistema político, não como eleitores identificados com partidos, mas como adeptos do Estado protetor, organizados em sindicatos oficiais.

Assentado nestas bases, o governo revolucionário de caráter autocrático-nacionalista se manteve no poder sem jamais buscar legitimar-se através de eleições, até que uma nova conjuntura mundial o tornou inviável. Com a vitória na guerra e o soerguimento dos Estados Unidos da América como a grande potência mundial, é imposta a derrocada do governo Vargas que, embora aliado, jamais merecera confiança e exigia demasiadas concessões com sua política econômica nacionalista. Reimplanta-se, deste modo, no pós-guerra, o velho regime patricial, numa tentativa de recompor a legitimidade e estabilidade da velha república fazendeira. Suas bases eram, já então, demasiado débeis porque os partidos conservadores só podiam contar com o voto dos setores mais atrasados e dos mais privilegiados. Nas cidades surgira um eleitorado novo, independente, que percebia o caráter retrógrado e antipopular dos partidos patriciais, tornando inviável a legitimação eleitoral da velha estrutura de poder. Incapazes de ganhar

eleições a não ser mediante alianças com novas forças políticas identificadas com o antigo poder autocrático de Vargas os partidos tradicionais vão perdendo terreno para movimentos políticos populistas e reformistas, cujo vigor se fundava na sua oposição ao patriciado de velho estilo.

Desencadeia-se, assim, a crise institucional. Seus síndromes, na esfera política, são uma sucessão de golpes, contragolpes, um suicídio, uma renúncia e uma deposição a demonstrarem a obsolescência do regime político. Seu efeito básico foi recolocar diante da nação a imperatividade de uma revisão da estrutura de poder, de uma reforma profunda na ordenação social e de uma nova opção entre a via da aceleração evolutiva e a velha trilha da atualização histórica.

Nos últimos episódios desse confronto, assiste-se à vitória sobre o patriciado político tradicional de um movimento populista — com Jânio Quadros, e reformista — com João Goulart. No entanto, um e outro são apeados do poder ao tentarem pôr em execução seus projetos de reforma. No primeiro caso, através da renúncia ao poder político por parte de quem, paradoxalmente, mais ambicionava exercê-lo; no segundo, mediante a deposição por um movimento político militar ligado aos mesmos ideais dos que derrubaram Vargas.

Generaliza-se a evidência de que só existem duas saídas possíveis contra a condenação ao atraso: a via nacionalista-modernizadora ou a socialista revolucionária. A primeira delas, de feição neo-nasserista — como a que parece configurar-se no Peru — deveria ser capaz de estruturar um poder novo que implantasse a reforma agrária e contivesse a exploração estrangeira. A segunda teria de enfrentar, tambem, o desafio de instalar novas estruturas de poder e promover uma mobilização das energias nacionais para a execução de um projeto autônomo e acelerado como o que imprimiram às suas sociedades os povos que enfrentaram situações semelhantes de atraso histórico.

A decisão do confronto entre os que desejam perpetuar a velha ordem e os que querem construir o futuro, afeta hoje o destino de uma população que se aproxima dos 100 milhões uma estratificação social que se configura como um losângulo. A cúpula é representada pelas classes dominantes, sendo que o velho patronato fazendeiro e o parasitário é agora o sócio menor de um novo patronato empresarial e gerencial de empresas estrangeiras; e o patriciado, por sua vez, é alargado por um novo estamento de tecnocratas que substituíram, em larga medida, os políticos. O colo do losângulo é formado pelos estratos intermédios inflados com novos contingentes classemedistas de profissionais liberais, pequenos

empresários, funcionários civis e militares, e empregados. Vem a seguir uma faixa mais ampla constituída pelos trabalhadores assalariados da indústria, dos serviços e da agricultura que têm empregos estáveis e ganham o salário mínimo ou algo mais. Constitui um setor "privilegiado" porque abaixo dele fica o submundo dos deserdados das cidades e do campo que nada têm, nem sequer trabalho regular mas abrangem quatro quintas partes da população brasileira. Embora também neste setor se observem pequenas diferenças de estratos, seus componentes podem ser definidos como camadas marginalizadas da sociedade nacional, sem perspectivas de integrar-se no sistema ocupacional como assalariados estáveis e, no sistema político, como cidadãos livres. Concentram-se principalmente nas fazendas mas se avolumam cada vez mais junto aos conglomerados urbanos, na forma de favelas, mocambos, cortiços, alagados, cabeças-de-porco, etc., tanto nas metrópoles como das cidades menores.

Esta mole humana, produzida pelo sistema e cada vez mais dispensável à sua manutenção, marginalizada social, cultural e economicamente da sociedade nacional, constitui a principal força virtualmente negadora da ordenação global. Seu reclamo é simplesmente o direito a um emprego regular que permita atingir os modestos níveis de consumo do estrato imediatamente superior, a oportunidade de educar os filhos em nível primário e de tratar suas enfermidades. Entretanto, o sistema é incapaz de incorporá-la até mesmo neste nível mínimo, mantendo a velha estrutura de poder. Ao contrário disto, tende a alargar estas camadas deserdadas na medida em que a tecnificação das atividades produtivas, orientada para poupar mão-de-obra, torna o coeficiente de absorção de trabalhadores na força de trabalho regular inferior à taxa de crescimento demográfico.

Estas camadas miseráveis equivalem, no Brasil moderno, às massas marginais européias que, há um século, pareciam condenadas a operar como a força básica de reordenação social e que a teriam levado a cabo, se não houvessem sido maciçamente exportadas para novos espaços no além-mar ou desgastadas em guerras. As classes conservadoras brasileiras e seus aliados em países como os U.S.A., não podendo apelar para estas soluções, sonham com uma contenção demográfica que, estrangulando o crescimento da população, torne viável num futuro remoto a incorporação dos remanescentes ao sistema.

Em suma, contra os projetos de estagnação está todo o povo, por seus interesses essenciais na superação do atraso, da ignorância e da penúria e pela realização das potencialidades de progresso do país.

IV

Cultura e Alienação

Os ANTROPÓLOGOS definem a cultura como a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo coparticipado de modos estandardizados de adaptação à natureza para o provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sociais e de corpos de saber, de valores e de crenças com que explicam sua experiência, exprimem sua criatividade artística e se motivam para a ação. Assim conceituada, a cultura é uma ordem particular de fenômenos que

tem de característico sua natureza réplica conceitual da realidade, tal como é percebida, e transmitida simbolicamente, de geração a geração, como uma tradição.

Mediante a integração destes corpos de tradição é que os homens se humanizam. Ao mesmo tempo se incorporam a uma comunidade étnica ao aprenderem a sua língua, a fazer as coisas de acordo com certas técnicas, a comportar-se segundo normas estereotipadas e, finalmente, a viver de acordo com certos usos e costumes. Por isto mesmo a cultura é percebida pelos seus detentores como uma visão do mundo e como o modo natural e necessário de serem homens em face dos membros do seu próprio grupo e em face de outros grupos humanos.

Neste sentido, qualquer sociedade possui uma cultura, desde as de nível tribal até as sociedades nacionais modernas. No primeiro caso, sua cultura será constituída por um acervo singelo, cujos elementos essenciais podem ser apreendidos e descritos com facilidade. No caso de sociedades nacionais, será um vasto patrimônio, complexo e diversificado, conforme os grupos de convívio em que se divida a sociedade, tais como as áreas ecológico-culturais a que se adapte e as subculturas correspondentes a estratos sociais diferenciados da população, como as classes sociais. Outras linhas de variação são as tradições culturais diferenciadas como a *cultura vulgar* transmitida oralmente, e a *cultura erudita* dos letrados.

Em certas condições catastróficas — como as derrotas em guerras, as hecatombes ou as conquistas — as formas de expressão da cultura podem ser reduzidas a limites mínimos. Essas vicissitudes podem traumatizar tão profundamente uma cultura que a condenem a desaparecer. Todavia, como cada homem é sempre e essencialmente um ser cultural, detentor da tradição que o humanizou, sua cultura só desaparecerá com ele se ele for impossibilitado de transmiti-la socialmente a seus descendentes.

Em qualquer caso, a cultura de uma sociedade é o conjunto integrado destas tradições diferenciadas através das quais seus diversos componentes contribuem para o preenchimento das suas condições de existência. A cultura assim definida — apesar de sua natureza de símile conceitual — é um conjunto de fatos diretamente perceptíveis pelo estudo dos produtos materiais da ação humana conformados segundo padrões estandardizados; pela observação das formas recorrentes de conduta vividas de acordo com normas prescritas; e pela análise das manifestações de valores, crenças e explicações veiculadas através de sistemas simbólicos de comunicação. O arqueólogo que reconstitui uma cultura pré-

histórica só conta, praticamente, com a primeira forma de manifestação da cultura. O historiador, somente com a última, registrada em documentos. Mas o etnólogo que estuda uma tribo indígena conta com as três. Nos dois primeiros casos, o estudioso focaliza uma cultura que não mais existe e que lhe cabe reconstituir, porque desapareceu a sociedade que a detinha. No último caso o estudioso observa uma cultura existente como entidade viva em certo momento de um *continuum* que a vincula ao passado do próprio grupo e a de inúmeros outros grupos de que sofreu influências ainda perceptíveis. Mas se configura, naquele momento, como o resultado residual do seu processo de formação que permanece vivo e atuante porque, de alguma forma, preenche as condições necessárias à existência daquele grupo humano tal qual é. Isto significa que atuam sobre a cultura fatores de persistência e de alteração de seu conteúdo que a cada momento se equilibram como respostas coletivas aos requisitos de sua sobrevivência.

Um dos fatores fundamentais da mudança cultural é a criatividade através de invenções e descobertas. Outros fatores de mudança são os contatos entre povos, designados pelos antropólogos como *processo de aculturação*. Estes variam enormemente, conforme os contatos se estabeleçam entre grupos do mesmo grau de desenvolvimento ou entre grupos se-

parados por grandes diferenças; conforme se processam espontaneamente ou sob condições de compulsão e dominação. No primeiro caso — contato espontâneo de grupos culturalmente homogêneos — os respectivos patrimônios são oferecidos a cada grupo para que eleja os elementos do acervo alheio a adotar. E a adoção de inovações se faz com a capacidade de produzir por si mesmo os novos elementos sem estabelecer relações de dependência. No segundo caso, embora o grupo mais desenvolvido tenha mais o que oferecer, não existe para o grupo atrasado a possibilidade de eleger o que deseja adotar e, menos ainda, condições de produzir por si próprio o que adote. Deste modo, o contato conduz fatalmente ao estabelecimento de relações de dependência. Exemplificam o primeiro caso as relações intertribais em que a cerâmica, por exemplo, se difundiu de um povo a outro. Exemplificam o segundo, as relações entre índios e brancos, através das quais se difundiram os instrumentos de metal.

Na cultura assim definida se podem distinguir, conceitualmente, três conteúdos fundamentais: o *sistema adaptativo,* que é o conjunto das formas de ação sobre a natureza para a produção das condições materiais de existência das sociedades. O *sistema associativo,* que é o conjunto de modos de organização das relações interpessoais para os efeitos

da reprodução biológica, da produção e da distribuição de bens e da regulação do convívio social. E o *sistema ideológico*, que compreende as idéias e os sentimentos gerados no esforço por compreender a experiência coletiva e por justificar ou questionar a ordem social.

Este terceiro conteúdo da cultura é o que nos interessa especialmente aqui. Seus conteúdos fundamentais são a linguagem, o saber, a mitologia, a religião e a magia, as artes, os corpos de valores éticos e a integração de todos eles em um *ethos* que é a concepção de cada povo sobre si mesmo em face dos demais. Em certo sentido, o sistema ideológico é uma representação de toda a cultura, uma vez que cada conteúdo desta encontra aí seu reflexo na forma de referências, de explicações e de motivações. Esta representação tem como atributos fundamentais sua ambigüidade e seu caráter de entidade determinada.

O sistema ideológico é intrinsecamente ambíguo por que tanto pode refletir objetivamente a realidade e explicar realisticamente a experiência, como pode deformá-la. Na verdade, tende a mistificá-la. Na própria linguagem já se encontra esta ambigüidade, inerente a seu duplo caráter de modo de expressão simbólica das idéias e mecanismo de fabulação, pelo uso da linguagem para tecer enredos. Por isto, o sistema ideológico, em seu conjunto, pode ser tido como uma recriação simbólica do mundo, presa a realidade porque permanentemente referida a *praxis*, mas sempre sujeita à alienação, seja devido à incapacidade de compreender a experiência vivida, seja pelo exercício da versatilidade tão caracteristicamente humana para induzir idéias e para criar fantasias verossímeis.

O sistema ideológico é intrinsecamente determinado por seu caráter de reflexo conceitual da prática adaptativa e associativa. E por elas determinado, uma vez que deve reproduzir necessariamente cada alteração que se processe nestas esferas. Mas é também capaz, em certas circunstâncias, de sobre elas influir, tanto aceleradamente quanto retardando movimentos de transformação da vida social, mediante a formulação de metas coparticipadas e do equacionamento de problemas.

Embora conceitualmente distinguíveis, não se pode falar do sistema ideológico sem referir aos demais, porque são inseparáveis no mundo das coisas como contrapartes de uma totalidade. A interdependência de suas partes se revela de múltiplas formas, principalmente pela existência de relações necessárias entre umas e outras, tanto de *correspondência* (como a mentalidade do camponês e seus modos de vida) quanto de *impregnação* (como a temática da arte dos povos que vivem da caça). Estas relações não são mecânicas, porém, uma

vez que admitem certas *discrepâncias*, tais como a difusão de uma religião originária de uma sociedade pastoril entre povos que têm modos de vida diversos; *defasagens*, como seja a persistência de atitudes coloniais num povo tornado autônomo; *alienações*, como a adoção por povos subjugados da ideologia de seus senhores; *oposições*, que chegam a ser flagrantes no caso de sociedades complexas, como a mentalidade senhorial e a popular, enquanto reflexos de condições de vida diversas e de interesses antagônicos.

A possibilidade de se configurarem tais discrepâncias, defasagens, alienações e contradições nos permite falar de culturas mais ou menos *integradas*, conforme o grau de congruência interna de seus componentes; e de culturas *autênticas*, porque seu conteúdo corresponte aos interesses do desenvolvimento autônomo das sociedades que as detêm. E, por oposição, nos obriga a falar de culturas *espúrias*, quando integram, nas compreenções coparticipadas, elementos de justificação do domínio exógeno ou de deformação da imagem nacional. E, ainda, de situações de *marginalidade cultural* quando os modos de participação na cultura dos diversos estamentos da sociedade são tão diferenciados e contrapostos que a condição real de muitos deles é discriminada pelos demais, ocasionando tensões e frustrações.

Nas sociedades nacionais originadas de feitorias, correspondentes à configuração que designamos como *Povos-Novos*, a cultura se plasma como uma criação espúria porque nasce condicionada pela dominação colonial. Esta, além de impossibilitar à maioria da população de exprimir sua cultura original, a compele a adotar os costumes de povos estranhos. A forma mais drástica desta vicissitude é o processo de *deculturação*, exemplificável pelo caso dos escravos desgarrados de suas matrizes para servirem a amos estrangeiros em terras longínquas onde eram reunidos a outros escravos, que também lhes eram estranhos, e submetidos todos a uma série de compulsões destinadas a desenraizá-los de suas tradições originais. A deculturação tem como elementos básicos, seu caráter *compulsório*, expresso no esforço por inviabilizar a manifestação da cultura própria e por impossibilitar sua transmissão; e sua natureza de procedimento *deliberado* de incorporação de pessoas já integradas numa tradição em um novo corpo de compreensões comuns, tendente a cristalizar-se como uma nova cultura.

O negro e o índio, submetidos a este processo eram, primeiro, "desumanizados" ao se-

rem tratados como coisa ou como bicho enquanto permaneciam "boçais" e, depois, "reumanizados" ao se converterem em "ladinos" pelo aprendizado da língua, pelo ajustamento ao novo regime de trabalho, pela adaptação à nova dieta e pela integração na nova cultura.

Tal como definida acima, a deculturação é, na verdade, uma primeira instância do processo mais geral, a aculturação, que opera tanto pelo desenraizamento como pela criatividade cultural. Esta torna-se imperativa devido à necessidade de plasmar novos corpos de compreensões comuns coparticipadas por aqueles que foram deculturados. Por esta razão é que, nas situações de aculturação, encontramos sempre culturas em cristalização representadas por proto-células étnicas nas quais se fundem conteúdos das tradições culturais em confronto e novos elementos culturais se criam. Numa segunda instância, estas proto-células culturais passam a atuar como núcleos de aculturação, já então na forma de etnias embrionárias que amadurecerão, pouco a pouco, para a condição de etnias nacionais.

Como estas etnias embrionárias surgem em decorrência da expansão de povos culturalmente mais avançados (ou ao menos mais eficazes, porque conseguem impor seu domínio) o patrimônio destes tende a predominar na cultura nascente, sobretudo na subcultura dos extratos dominantes. Nesse sentido é

que as etnias embrionárias surgem não-integradas, porque sua cultura é formada por conteúdos distintos e contrapostos; os dos setores privilegiados inteiramente aculturados e o das camadas marginalizadas que retêm grande parte do patrimônio original, ou cuja posição social só permite e só exige aqueles graus de participação nas pautas da camada dominante que as tornem mais eficazes em sua função de força de trabalho. Só mediante um esforço persistentemente conduzido contra todas as formas de compulsão e alienação, as sociedades nascentes podem auto-afirmar-se como uma nova entidade étnica. Esta amadurece à medida em que sua cultura se liberta da carga de pré-noções e preconceitos destinados a resigná-la com seu destino de núcleo ancilar de uma macro-etnia em expansão; e à medida em que toda a população se incorpora ao mesmo núcleo básico de compreensões culturais, dando integração a sociedade nacional e homogeineidade à cultura.

Os conceitos de cultura, aculturação, desculturação, de marginalidade, de defasagem e de alienação cultural, bem como os de cultura autêntica e cultura espúria são instrumentos de trabalho indispensáveis à compreensão do processo pelo qual a sociedade e a cultura brasileira se vêm plasmando. No estudo deste processo se observa como as matri-

zes indígena, africana e européia entraram em conjunção, no Brasil, para compor, através da interação de seus elementos, primeiro, algumas proto-células novas porque já não correspondiam às matrizes originais e seus membros não se identificavam com elas. Depois, para crescer e diversificar-se pela multiplicação daquelas células, pela sua diferenciação por efeito da adaptação a ambientes ecológicos contrastantes; pela sua especialização no exercício de diferentes atividades produtivas; pela agregação de elementos novos devidos à sua própria criatividade ou adotados de outros contextos culturais; e pela incorporação de novos contingentes humanos que lhes emprestam certos coloridos singulares.

A cultura brasileira não pode, porém, ser entendida em seu conjunto sem se atentar para as três ordens de diferenciação que experimentou: as *temporais*, correspondentes às suas distintas conformações históricas (colonial, neocolonial, nacional) e aos esforços sucessivos de integração nos processos civilizatórios que a afetaram (mercantil-salvacionista e imperialista-industrial); *sociais*, como subculturas correspondentes à estratificação em classes (senhorial, servil, popular); a *regionais*, concernentes às diferenças de adaptação ecológica que se plasmaram como distintas áreas culturais.

Todos estes fatores de diferenciação não só emprestam coloridos variados ao painel cultural brasileiro, mas também geram *assincronias* e situações de *marginalidade* e de dependência sócio-cultural. No primeiro caso, trata-se de efeitos diferenciais dos processos de mudança sobre os diversos setores, em virtude dos quais alguns deles se modernizam e outros se tornam arcaicos. No segundo caso, temos as oposições entre os diversos estratos da sociedade nacional que, apesar de experimentar um intenso caldeamento no plano racial e uma uniformização no plano cultural, se cristalizam como uma estratificação sócio-racial, cujos estamentos se vêem uns aos outros como entidades distintas e se hostilizam reciprocamente, criando um ambiente marcado por fortes tensões. No terceiro caso, temos as diferenças de desenvolvimento regional que, alçando sucessivamente diferentes áreas como núcleos polarizadores da vida econômica, provocaram graves efeitos de colonização internas.

A Cultura Brasileira: o Autêntico e o Espúrio

Ao longo de seus quase cinco séculos de história, a cultura brasileira apresenta as maiores variações dentro destas linhas. Na

verdade, só tem como constantes seu caráter espúrio, sua condição de cultura defasada e as conseqüentes vicissitudes de uma cultura alienada.

Estas constantes, operando como fatores concomitantes, condenaram enormes parcelas da população à marginalidade social. Esta já era manifesta naquelas proto-células originais onde o mameluco (mestiço de branco com índia) identificando-se com o pai, se tornara o castigador do gentio materno. Não obstante esta adesão, jamais chegava a ser reconhecido pelos brancos como igual, sofrendo, em conseqüência, toda a carga do preconceito decorrente da apreciação senhorial da comunidade indígena como inferior. Ao mesmo tipo de marginalidade foram conduzidos, mais tarde, os mulatos que também vivem o "drama de ser dois", buscando desesperadamente mimetizar a conduta dos brancos para enfatizar sua suposta superioridade em relação ao negro. Apesar disto, também eles vêem recair sobre si a carga do preconceito contra a matriz negra, na proporção de suas marcas visíveis de que são portadoras. Séculos depois, ao tempo da Independência, já tendo desaparecido o índio das áreas de antiga ocupação, muitos mulatos se travestiram em mestiços, adotando sonoros nomes indígenas, compondo e lendo novelas e poemas exaltadores das qua-

lidades do indígena para, assim, afastar de si qualquer suspeita de negritude.

No caráter espúrio da cultura brasileira decorre, como vimos, da própria natureza exógena da empresa que lhe deu nascimento como formação colonial escravista, organizada para prover o mercado europeu de certos produtos. Nestas condições, o Brasil nasce e cresce como um proletariado externo das sociedades européias, destinado a contribuir para o preenchimento das condições de sobrevivência, de conforto e de riqueza destas. A classe dominante brasileira, em conseqüência, é chamada a exercer, desde o início, o papel de uma camada gerencial de interesses estrangeiros, mais atenta para as exigências destes do que para as condições de existência da população nacional. Não constituía, por isto, um estrato senhorial e erudito de uma sociedade autônoma, mas uma representação local, alienada, de outra sociedade, cuja cultura buscava mimetizar. Sua função era induzir a população a atender aos requisitos de feitoria produtora de gêneros tropicais e geradora de lucros exportáveis, bem como a desempenhar *in situ*, simulacros dos modos de vida europeus.

Nestas circunstâncias, é principalmente nas camadas subalternas e como cultura vulgar que se exerce a criatividade que viria atender aos requisitos necessários à sobrevivência material (através da criação ou reelaboração

de técnicas adaptativas); à convivência humana (através da criação de múltiplas formas de associação que exorbitavam das regulações destinadas a organizar o trabalho produtivo); e ao atendimento de necessidades espirituais (mediante a criação de cultos sincréticos, da fixação de mitos e lendas com que se explicava a natureza e a sociedade, e da criação artística). Foi por meio desta cultura vulgar — recheada de elementos indígenas e africanos — que o povo brasileiro edificou, com os pobres tijolos e cimentos de que dispunha, a cultura nacional no que tinha de assentado na terra e de significativo para toda a população.

A classe dominante branca ou branca-por-autodefinição desta população majoritariamente mestiça, tendo como preocupação maior, no plano racial, salientar sua branquitude e, no plano cultural, sua europeidade, só aspirava a ser lusitana, depois inglesa e francesa como agora só quer ser norte-americana. E conseguia simular razoavelmente esta identificação nos modos de morar, de vestir, de comer, de educar-se, de rezar, de casar, de morrer, etc. Só a ação diferenciada dos fatores ecológicos e do contexto humano em que vivia é que, a seu pesar, a tornaram irremediavelmente brasileira nestas mesmas coisas.

A imitação do estrangeiro não seria um mal em si, mesmo porque as transplantações culturais são inevitáveis e vêm associadas,

freqüentemente, a fatores de progresso. O mal residia e ainda reside na rejeição de tudo que era nacional e principalmente popular, como sendo ruim, porque impregnado da subalternidade da terra tropical e da inferioridade dos povos de cor. Gerações de brasileiros foram alienadas por esta inautenticidade essencial de sua postura, que os tornava infelizes por serem tal qual eram e vexados pelos ancestrais que tiveram. Nestas circunstâncias, a alienação passou a ser a condição mesma desta classe dominante, inconformada com seu mundo atrasado, que só mediocremente conseguia imitar o estrangeiro, e cega para os valores de sua terra e de sua gente. O grave é que esta alienação, tornando a classe dominante incapaz de ver e compreender a sociedade em que vivia, a tornava também inapta para propor-se um projeto nacional de desenvolvimento autônomo.

A criatividade intelectual e artística das camadas ricas se exerceu, fundamentalmente, como transplante de idéias e valores alheios, que apenas se impregnam, contra sua vontade, de conteúdos locais. Este é o caso do florescimento cultural de algumas áreas, onde a prosperidade da empresa colonial gerava excedentes para investimentos locais. Surgem ali expressões exógenas da criatividade européia implantadas na colônia. Este é o caso dos núcleos básicos da civilização do açúcar da

Bahia e do Recife e da civilização do ouro nas cidades mineiras. Sua expressão mais alta é uma arquitetura, uma escultura, uma pintura, uma literatura e uma música de padrão mais elevado que o das cidades portuguesas do seu tempo. Manifestam-se principalmente em templos e em atos de culto nos quais a camada dominante luzia sua grandeza terrena e agradecia por ela, e o povo se consolava de sua penúria preparando-se para uma vida eterna num paraíso em que, provavelmente, não haveria senhores e escravos, nem ricos e pobres. O principal núcleo erudito desta civilização era o clero, como único setor letrado da terra, cultor das letras e das artes, que se fizera, efetivamente, herdeiro do patrimônio artístico do seu tempo. A contraparte desta esfera erudita e senhorial da cultura nacional nascente era a cultura vulgar das massas, com sua criatividade própria, haurida primeiro em fontes não-européias, mas enriquecida e estruturada, depois, pela absorção e reintegração de distintas contribuições européias. Estas configuram a visão do mundo real e do além túmulo como uma explanação fundada nas concepções religiosas católico-cristãs. Plasmou-se assim uma ideologia mais homogênea formada no plano erudito pelo saber clerical e no plano vulgar pelas crenças e ritos populares também de origem cristã que se exprimiam no calendário de trabalho e de lazer,

nas festas religiosas e nos atos de culto que marcavam os passos fundamentais da vida de cada indivíduo. Esta ideologia ingênua, porque consagradora da ordem social como sagrada; espúria, porque destinada a mistificar e exploração classista e colonial era, sem embargo, integrada, porque unificava quase toda a população urbana no acatamento aos mesmos corpos de valores.

Muito mais tarde, após a Independência, desaparece aquela elite clerical para dar lugar à coorte dos bacharéis e letrados, lidos em Rousseau e, depois, em Comte, Spencer e Lamarck. Jamais seriam atingidos os níveis artísticos do passado, porque se perdera a congruência da cultura que exprimia nos templos a exibição da riqueza e do refinamento dos estratos dominantes mas neles acolhia a religiosidade popular. É o tempo das casas burguesas, do fraque, da importação de bugigangas e de prostitutas francesas e de toda a sorte de manufaturas industriais inglesas. A intelectualidade patricial já é leiga e se cristaliza principalmente, no positivismo, convertido também em culto e aprendido no catecismo; na maçonaria, como principal forma de crítica senhorial à ordem vigente; e no novo clero, muito menos influente que agora se opunha ao catolicismo festivo do povo, empenhado em enquadrá-lo na ortodoxia romana. Surgem,

porém, novos intérpretes da realidade nacional que se esforçavam por compreendê-la melhor: os intelectuais iracundos e os líderes dos movimentos abolicionista e iracundo.

Como era inevitável, acaba por se alterar também a cultura vulgar das populações urbanas. Sob o alude da modernização reflexa entra em colapso a dicotomia do *ethos* nacional: rui a cultura erudita que em certos setores se fizera herdeira do patrimônio europeu e se constituíra em estrato letrado da sociedade nacional. E rui também a cultura vulgar, cristalizada principalmente no folclore haurido de velhas fontes ibéricas e de tradições indígenas e africanas bem como de crenças e ritos católicos que regulavam toda a vida social. A primeira se degrada, perdendo os altos níveis de expressão que alcançara no plano artístico para transformar-se num *pastiche* de francesismos, britanismos e ianquismos. A última também se dilui, primeiro nas cidades e nas áreas por elas influenciadas, em que o antigo calendário festivo de inspiração religiosa, as danças dramáticas, os cancioneiros populares são substituídos por novas danças, cantos e folguedos de caráter profano. Com a radiofusão, estes novos estilos se tornariam cada vez mais "modernos" e invadiriam também as áreas rurais, hibridizando e depois obsolescendo as ilhas de arcaísmo em que sobreviviam as formas coloniais de criatividade popular.

A defasagem cultural brasileira é principalmente uma assincronia decorrente do próprio processo de atualização histórica em que a sociedade nacional se constituiu, integrando-se na economia mundial como uma colônia escravista e, mais tarde, reintegrando-se nela como uma formação neocolonial. No primeiro destes passos, o Brasil surge como uma feitoria onde se implantavam técnicas produtivas avançadas, visando ao aumento da produção exportável, mas só nestes limites. Certos componentes essenciais deste sistema produtivo permaneceram sempre fora do país, como a organização financeira e comercial, a rede de transportes marítimos, as manufaturas de bens mais elaborados de uso e de produção. Acresce, ainda, que certos avanços tecnológicos já incorporados à agricultura e ao pastoreio em Portugal (como a aração dos campos e a estabulação dos animais) foram abandonados no Brasil para dar lugar a técnicas mais adaptadas às condições ecológicas ou por serem desnecessários, uma vez que o provimento da subsistência se fazia com base nas técnicas herdadas dos indígenas.

No segundo passo, correspondente à nova atualização histórica que conduziria o Brasil

à condição de área neocolonial, a cultura nacional experimentou inovações substanciais, tanto no plano tecnológico, como no institucional e no ideológico. Todas elas, porém, de caráter meramente modernizador e, por isto mesmo, parcial e deformante, porque agregavam ao sistema econômico uma certa eficácia, mas não permitiam a superação do seu caráter ancilar e espoliativo. Nestas circunstâncias se alteram os modos de produção pela absorção de produtos acabados da civilização industrial (motores e máquinas), permitindo uma melhor integração do Brasil na economia mundial como produtor de gêneros tropicais e importador de artigos industriais. Mais tarde, com a conversão do país em área de implantação de empresas internacionais, tecnologicamente avançadas e comandadas por suas matrizes, estas passam a operar como o mecanismo básico de recolonização. Jamais se alcança, por isto mesmo, o nível mínimo de domínio da tecnologia industrial e da autonomia empresarial que permitiriam assegurar condições de desencadear um processo de desenvolvimento auto-sustentado, capaz de elevar, um dia, o País à condição de um componente autônomo da nova civilização.

A defasagem cultural do Brasil tem, no entanto, raízes mais profundas porque provém do próprio atraso cultural da metrópole colonizadora. Esta, não tendo conseguido estru-

turar-se como uma formação capitalista madura, nem se integrar na civilização industrial, foi caindo em situação de dependência com respeito à Inglaterra e afundando-se na pobreza até configurar-se, ela própria, como uma área neocolonial. Uma das conseqüências deste atraso é não ter Portugal empreendido jamais a alfabetização de sua própria população, como ocorreu a todas as nações que se industrializaram e só a estas. Apenas contou com uma estreita faixa de letrados, em sua imensa maioria medíocre e obscurantistas, de extração eclesiástica ou formados em universidades obsoletas.

O Brasil, como colônia submetida ao mais estrito monopólio, cresceu isolado do mundo, apenas convivendo com aquele Portugal pobre e retrógrado. Tão retrógrado que não permitiu a criação de um sistema popular de ensino no Brasil e, menos ainda, de escolas superiores, ao tempo em que a Espanha mantinha cerca de duas dezenas de universidades em suas colônias. Assim, o Brasil emerge para a Independência sem nenhuma universidade, com sua população analfabeta, e iletrada também suas classes dominantes. Em face dos 150 mil graduados pelas unversidades hispano-americanas, durante o período colonial, o Brasil só contou com cerca de 2.500 graduados em Coimbra. No momento da Independência, o país teria apenas umas poucas centenas de

patrícios nativos com formação universitária, a que se somava talvez um milhar de fâmulos letrados expulsos de Portugal com a Corte. Aqueles padres e doutores graduados em Coimbra e os cortezãos ilustrados que ficaram no país é que enfrentaram a tarefa de institucionalizá-lo como uma nação autônoma e de criar seus sistemas de ensino primário, médio e superior.

Para avaliar-se a profundidade das carências da instrução pública, são suficientes dois exemplos: em 1820, a Câmara Municipal de Itapetininga, próspero e ilustre município paulista, pedia a criação de uma escola de primeiras letras, não para alfabetizar o povo mas para ensinar rudimentos de leitura a alguns filhos das melhores famílias a fim de lhes permitir o exercício das funções de vereadores (Oracy Nogueira 1962:448). O segundo exemplo é dado pelo fato de que o maior investimento educacional do Império brasileiro foi a edificação de enormes instituições para a reeducação de cegos e surdos-mudos. Em face de um país atrasado como o Brasil de então, o que assomava à consciência senhorial como problema não era o analfabetismo generalizado e sim as carências mais capazes de suscitar a caridade imperial.

A estas conseqüências particulares da defasagem cultural se somaram seus efeitos globais de perpetuação da estrutura social arcaica e de congelamento da alienação cultural, como obstáculo capital à superação do atraso. Com efeito, uma sociedade que não incorpora o saber e a tecnologia do seu tempo não chega a experimentar as transformações estruturais a elas correspondentes, permanecendo arcaica em amplas esferas e reflexamente modernizada em outras. E, devido a isto, traumatizada pela interação conflitiva entre conteúdos assincrônicos da cultura e da sociedade.

A Reconstrução Cultural

A alienação cultural consiste, em essência, na introjeção espontânea ou induzida em um povo da consciência e da ideologia de outrem, correspondente a uma realidade que lhe é estranha e a interesses opostos aos seus. Vale dizer, a introjeção induzida de idéias e valores que escamoteam a percepção da realidade social em benefício dos que dela se favorecem. Ou ainda, a criação autônoma de representações consoladoras ou justificatórias do atraso, que desviam a atenção de suas causas reais para apenas destacar causas supostas.

Correspondem à primeira categoria de alienações muitas das concepções oriundas de todas as matrizes da cultura brasileira, so-

bretudo as das populações subjugadas, cujos corpos de crenças arcaicas, incapazes de explicar objetivamente a nova realidade, operaram como mistificações que contribuem para a perpetuação da dependência. Sobressaem, contudo, por seu efeitos alienantes, os conteúdos oriundos da matriz dominadora. Esta, ao lado das técnicas produtivas, dos procedimentos empresariais e das formas de contingenciamento da população para o trabalho, introduziu todo um corpo de doutrinas religiosas e leigas dignificadoras do homem branco e mistificadoras da dominação colonial tida como um encargo divino dos povos mais adiantados em relação aos mais atrasados.

Correspondem à segunda categoria, os esforços autóctones das classes dominantes por criar representações fantasistas que permitam explicar o atraso colonial como fatalidade inelutável, decorrente da impropriedade do clima, da inferioridade das raças a fim de difundir atitudes de resignação com o atraso. As apresentações concernentes a "raça" impregnaram toda a população. Foram até alçadas a condição de teoria explicativa do atraso que tomava uma inferioridade histórica, embora efetiva, dos índios e negros avassalados, como prova de sua inaptidão para o progresso. Estas apreciações sobre a "raça" não só levam o branco mais humilde a sentir-se superior a qualquer preto, mulato ou mestiço, mas também

a estes últimos a introjetar as concepções de superioridade racial do branco. Tais estereótipos raciais, difundindo-se numa sociedade constituída majoritariamente por gente de cor, representam obviamente uma enorme carga de amargura. Tidas como verdades indiscutíveis, porque sacramentadas com o poderio do consenso, estas representações, mesmo quando atenuadas, se consolidavam mais ainda. Este é o caso da "branquização social" de todo negro ou mulato bem sucedido; das apreciações afetivas para com a mucama doméstica, para com o negro que permanecesse humilde e trabalhador; e das referências encomiásticas à negra e da mulata como fêmeas desejáveis. Tanto nas suas formas mais brutais de tratamento do negro do eito como animal tosco e boçal quanto nas atenuadas, aquelas representações exercem a função de manter a estrutura de poder. Umas e outras criam barreiras impeditivas de unificação das camadas subalternas contra as dominantes, isolando os brasileiros claros dos escuros e tornando sua politização extremamente difícil. Obstaculizando a ascensão social das pessoas que conduzem marcas raciais mais nítidas de sua ancestralidade negra, mas admitindo alguns casos excepcionais, se faz crer que a posição superior de toda a classe dominante decorre de qualidades inatas e raras.

Pertence igualmente ao capítulo das alienações a mentalidade arcaica das massas marginais, cuja visão do mundo e da sociedade é haurida principalmente em fontes religiosas como os cultos afro-brasileiros, o catolicismo rural de caráter messiânico e as seitas protestantes de inspiração revivalista. Ainda que este tipo de consciência não impeça mas, ao contrário, até enseje rebeliões populares (como as insurreições de Canudos e do Contestado), o que ela produz, habitualmente, são os casos fatais de penitências purificadoras e outras ações fanáticas, que a imprensa noticia cada ano. Tais manifestações são expressão do desespero de massas despojadas, submetidas a toda a sorte de vexames e, ademais de tudo isto, alienadas em sua visão do mundo. Nestas condições, torna-se inevitável que suas formas de revolta contra a ordem vigente assumam as feições mais larvares: individualmente, pelo banditismo; grupalmente, pelo culto fanático; socialmente, pelas religiões messiânicas.

Aos efeitos da alienação decorrente da sobrevivência de conteúdos arcaicos na cultura se somam, para as parcelas citadinas destas massas marginais, as vicissitudes de uma deculturação a que estão sendo submetidas no curso do processo de urbanização.

Pelo mesmo processo de deculturação, os contingentes africanos e indígenas foram desenraizados de suas tradições e aculturados

na proto-célula étnica brasileira como um passo do seu processo de incorporação na força de trabalho. Agora, no curso do processo de urbanização, ao perderem sua cultura tornada arcaica, sem serem incorporados à sociedade nacional moderna e às suas novas compreensões, experimentam uma nova marginalização social e econômica que passa a ser também cultural.

Crescendo mais intensamente do que a capacidade do sistema ocupacional para absorvê-las e, urbanizando-se caoticamente, estas massas se vêem mergulhadas numa "cultura da pobreza", em que se degrada ainda mais o seu singelo patrimônio cultural. Nos conglomerados em que se amontoam junto às vilas, cidades e metrópoles, aprendem a fazer casas com restos inservíveis; a cozinhar e a comer em vasilhames de lataria e a refazer sua visão tradicional do mundo, sua mitologia e seu folclore, com base nas informações contraditórias dos programas "populescos" transmitidos pelo rádio e pela televisão. Perdem, assim, as técnicas de adaptação ecológica com que antes construíam suas casas, trançavam esteiras e cestos ou fabricavam sua cerâmica que, embora mais pobres que as dos indígenas que lhas transmitiram, eram superiores às que têm agora.

No mesmo passo, se degradam seus corpos de valores, suas formas arcaicas de dança e de

música e suas explicações do mundo fundadas na tradição. Esta deterioração de um patrimônio cultural já de si parco e paupérrimo, cuja expressão se torna inviável nas cidades, faz esta massa descer mais alguns degraus na condição de tabula-rasa cultural que caracteriza os *Povos-Novos*. Entretanto, a partir deste patamar inferior (como gente desvinculada de qualquer tradição que a amarre ao passado e a faça respeitar o que quer que seja) só lhe restará caminhar para o futuro. E este não pode ser outro senão o de integrar-se na civilização industrial moderna, cujo avesso lhe é vedado pela ordenação social vigente que a relega à marginalidade. Mas que, em conseqüência, a condena a atuar, mais cedo ou mais tarde, como o opositor histórico ao sistema contra o qual acabará por se rebelar.

Os esforços pioneiros de compreensão da realidade nacional, partindo destas representações alienadas e inspirando-se na literatura para-científica européia concernente aos trópicos e aos povos de cor, converteram-se, também, em justificações eruditas do atraso e da pobreza nacional e, deste modo, em outras fontes de alienação. O nível de consciência daqueles primeiros estudiosos não excedia o da explicação do atraso como um efeito do primitivismo das populações aborígenes e africanas; do clima tropical, impróprio para o trabalho e o progresso; da inferioridade atávica dos negros, mulatos e mestiços responsáveis, a seu juízo pela preguiça, luxúria e enfermidades que estiolavam os brasileiros mais humildes. Mais tarde surgiram intelectuais que conferiam parte das responsabilidades do atraso à ancestralidade lusitana e à religião católica. Como se vê, em todos os casos, a determinante era sempre uma fatalidade inelutável.

Exceto alguns casos de antecipação da nova consciência crítica (Euclides da Cunha), se pode dizer que, até a segunda década do século, os esforços de autoconhecimento da intelectualidade brasileira se reduziram àquelas transplantações alienadas. Vendo sempre nas deficiências da terra e nos defeitos do povo as causas do atraso, estes estudiosos não tinham olhos para enxergar os fatores reais que estavam diante de si. Não viam por exemplo, o papel da espoliação colonialista e da exploração patronal na perpetuação da miséria e da ignorância popular. Ao atribuírem ao europeu uma cultura superior e uma missão civilizadora, não percebiam o caráter de complementariedade do avanço metropolitano em relação ao atraso colonial e neocolonial que, convertendo o País numa economia ancilar e o seu povo num proletariado externo, o condenava a perpetuar-se no atraso.

Os ensaios e as obras literárias escritos com esta postura servem hoje principalmente para documentar o sentimento de inferioridade que amargavam seus autores, como toda a classe dominante brasileira. Esforçava-se ela em ocultar suas origens na senzala (Oliveira Viana); em projetar sobre aqueles que trabalhavam de sol a sol sua própria ociosidade (Paulo Prado); exaltava ancestrais indígenas cheios de nobreza quando o índio mesmo, de carne e osso, era exterminado sem qualquer protesto (José de Alencar); compunha dramalhões cheios de piedade por um negro injustiçado pelo seu senhor, mas achava prematura a abolição da escravidão apesar de ser o Brasil a última nação escravocrata do mundo; idealizava a família patriarcal e as relações inter-raciais para ocultar o verdadeiro caráter da aristocracia açucareira (Gilberto Freyre).

Na verdade, a campanha por este abolicionismo tardio e os levantes políticos das populações urbanas foram os primeiros movimentos de caráter popular mobilizados pela intelectualidade brasileira. Nesses movimentos, dezenas de poetas, romancistas e ensaístas luziram o seu talento e tiveram sua escola de abrasileiramento e de politização. Com eles é que uma parcela da camada erudita da sociedade brasileira começa a capacitar-se para desmascarar o caráter espúrio da cultura nacional e para enfrentar as causas reais da defasagem, da alienação e da marginalidade. As suas criações de conteúdo mais crítico foram produzidas pelos intelectuais iracundos que, embora claudicantes devido às fontes européias de inspiração, alcançavam ao menos uma capacidade maior de compreender a realidade de seu país, de indignar-se contra ela e de denunciá-la. As contribuições originais à consciência crítica não surgiram, portanto, dos pesquisadores, mas dos pensadores vinculados ao processo político.

Entretanto, só muito mais tarde começaria a amadurecer uma intelectualidade efetivamente apta a desvendar a trama ideológica justificatória da colonização e da exportação classista em que o Brasil esteve e ainda está imerso e para criar uma imagem nacional mais realista e mais motivadora.

Com base nessa compreensão nova, vários saltos são dados no sentido da desalienação cultural. O preconceito racial passa a ser percebido como uma técnica de dominação de classe (Florestan Fernandes, L. A. Costa Pinto, Oracy Nogueira). Evidencia-se a própria adaptação bem sucedida dos brasileiros ao clima tropical. Alcança-se objetividade para ajuizar a colonização portuguesa em relação às prováveis alternativas (Gilberto Freyre). Começa-se a reconhecer a importância da contribuição do negro na edificação do Brasil

(Artur Ramos) e do índio na sua adaptação ecológica (Curt Nimuendaju). Passa-se a apreciar a metamorfose que o catolicismo salvacionista ibério sofreu no Brasil, cristalizando-se como uma religiosidade popular nada ortodoxa (Thales de Azevedo), e se destaca sua intolerância menor em relação às seitas protestantes. Enfatiza-se o caráter de protesto social do bandoleirismo sertanejo (Rui Facó).

Na medida em que se plasma esta imagem nova, vai-se tornando possível elaborar um projeto nacional de desenvolvimento autônomo, à luz do qual começam a ressaltar, como antecedentes, as lutas do passado, cujo sentido fora mistificado pelo historicismo oficial. Assim é que o revisionismo histórico revela o caráter revolucionário das rebeliões negras no período colonial, como a contestação mais veemente ao colonialismo-escravista (Décio Freitas); e desvenda a natureza sediciosa das insurreições camponesas de caráter messiânico que conflagraram extensas regiões do país como lutas pela reordenação da sociedade, após a independência (Euclides da Cunha).

Dentro dessa nova compreensão também ganham sentido de atualidade os programas dos movimentos urbanos de emancipação dirigidos por letrados, como a Inconfidência Mineira; revela-se o caráter cruento das revoluções de 1817, 1848 e da Confederaão do Equador, bem como o sentido de lutas pela reorde-

nação social da Guerra dos Farrapos e das grandes insurreições populares como a Cabanagem e a Praieira. Todas estas lutas passam a ser vistas como expressão de uma consciência nacional, virtualmente insurgente, tornada possível pela eclosão da Revolução Industrial que, deslocando as potências ibéricas para um plano de dependência ainda maior, ensejaram a reabertura do debate sobre a ordenação social. Propondo-se projetos de libertação do jugo colonial e de reordenação da sociedade, estes movimentos denunciavam uma postura atenta para o papel determinante da exploração estrangeira na perpetuação do atraso e da constricção estrutural exercida pelas classes dominantes nativas. As proclamações políticas desses movimentos e algumas das obras de seus militantes são, por isto, exemplos admiráveis de antecipações da consciência crítica. (Wamireh Chacon).

Exceto a expressões ideológicas daqueles movimentos renovadores que revelaram um elevado nível de consciência crítica, a produção propriamente erudita da intelectualidade brasileira era meramente diagnóstica ou armada de preocupações reformistas muito superficiais. Até 1945, estas formulações eram, sobretudo, façanhas de intelectuais desligados da conscientização paralela que se processava nas massas urbanas, principalmente nos assalariados. Estas já percebiam o caráter

retrógrado do velho patriciado político, enquanto a intelectualidade continuava repetindo consignas liberais, inteiramente inciente de que eram instrumentos de uma falsa "democratização" que só servia aos interesses patronais mais retrógrados e aos projetos norte-americanos de recolonização do país.

A primeira ruptura com a consciência ingênua, por parte da intelectualidade brasileira, tem lugar com o surgimento da literatura moderna, particularmente a regionalista que atinge, em certos casos, dimensões de denúncia social candente. Não ultrapassa, porém, o âmbito de expressão literária da realidade como problema porque não fora instrumentada para o estudo da revolução social como a tarefa crucial da inteligência brasileira.

Esse passo foi obstado até recentemente por três barreiras. Primeiro, a doutrinação sociologística em que muitos intelectuais treinados para a investigação científica se perderam em tarefas irrelevantes e em ilustrações, com dados locais, de teses em voga nas revistas internacionais de ciências humanas. Em lugar de prosseguirem na linha dos pensadores iracundos da geração passada, desconheceram suas contribuições, adotando uma temática e uma metodologia inadequadas para a explicação científica da realidade brasileira e dissuasivas de qualquer ação política, como

se a transformação da sociedade não fora problema seu. Segundo, a doutrinação marxista dogmática que tanto desprezava os esforços anteriores de conhecimento da realidade brasileira, quanto a investigação sistemática, a ambos substituindo por um discurso sectário eivado de consignas pseudo-revolucionárias. Terceiro, o caráter fascistóide e direitista do movimento intelectual brasileiro de orientação nacionalista, o integralismo, que proveu pioneiramente formulações anti-imperialistas (sobretudo antibritânicas) e alcançou repercussão pública no Brasil.

A vertente socialista que já vinha do século passado (Vamireh Chacon 1965) só amadurece com o movimento comunista. Entretanto, as vicissitudes nacionais e internacionais do mesmo atrasaram até o presente a aplicação fecunda do marxismo na formulação de uma teoria da revolução brasileira. Não obstante sua debilidade e seu caráter de transplante de teses européias — sem a capacidade de questioná-las e redefini-las à luz da realidade brasileira — aquele movimento representou um papel saliente na elevação do nível de compreensão dos problemas brasileiros e de formulação de consignas reformistas, muitas das quais se converteram em bases programáticas dos movimentos progressistas.

Nos últimos anos começou a surgir uma esquerda nacional inspirada nas lutas emanci-

padoras do Terceiro Mundo. Três fatores, de forma polêmica ou dialética, aceleram a sua conscientização: a crítica ao stalinismo, a remoção do pensamento católico e a vitória do socialismo a partir de algumas formações neocoloniais.

Inicia-se assim um debate sobre a natureza da revolução brasileira, de profundidade maior que qualquer esforço anterior, polarizado na polêmica sobre o papel das vanguardas conscientizadoras e sobre a capacidade de ação histórica dos diversos estratos populares. Esse debate começa por questionar os próprios esquemas conceituais marxistas em sua forma dogmatizada e acaba por voltar a Marx como a fonte mais fecunda de inspiração para a análise da realidade brasileira. Assim se vão alcançando certos requisitos necessários à compreensão na natureza da revolução brasileira e das tarefas históricas que ela impõe.

Consciência Ingênua e Consciência Crítica

A crise fundamental por que passa, hoje, a cultura brasileira corresponde à passagem de uma consciência ingênua — correspondente à percepção das condições reais como naturais, sagradas e inevitáveis — a uma consciência crítica, reflexo do entendimento da realidade como problema e suscetível de mudança (Vieira Pinto, 1960). A primeira forma de consciência trata a realidade como o resultado natural da interação de forças superiores à capacidade humana de intervenção e a ordem social como desejável e de caráter permanente. A segunda, explora as contradições entre as formas estereotipadas da realidade e a realidade mesma, alargando a consciência necessária até os limites da consciência possível para perceber a temporalidade das intervenções e a possibilidade de intervenção racional na sua reordenação.

As duas modalidades de consciência se encontram em todos os níveis culturais. No plano da cultura vulgar, de tradição oral, a consciência ingênua pode ser exemplificada pela mentalidade correspondente à atitude conformista de resignação com seu destino por parte dos estratos subalternos, como o camponês e o operário. Neste mesmo plano, porém, pode surgir uma consciência crítica nas classes subalternas quando estas chegam a compreender a realidade como injusta e se rebelam contra ela. É certo que sua consciência possível é arcaica porque se exprime em termos de tradição, geralmente na forma de insurgências messiânicas. Mas é igualmente certo que é de natureza crítica enquanto percepção da

realidade como antinatural e suscetível de mudança.

Nas camadas privilegiadas dificilmente medra a consciência crítica. A forma mais aproximada dela emerge quando uma parcela da classe dominante se sente coactada em seu enriquecimento ou no acesso ao poder, pela ordenação vigente. Este foi o caso do patriciado político brasileiro engajado no movimento abolicionista e republicano. Havendo dado alguns passos no sentido de uma consciência crítica, desembocou na alienação devido ao caráter justificatório de sua ideologia e ao artificialismo desta, como transplante de ideais libertários formulados em outros contextos e só apreciados em seus conteúdos formais.

Mesmo os estratos eruditos das camadas dominantes dificilmente escapam à contingência da consciência ingênua. Este é o caso, por exemplo, dos intelectuais pessimistas e amargurados com a realidade, concebida como o resultante de fatores incontroláveis que os converte em porta-vozes de concepções racistas e do "darwinismo" social. Seus próprios privilégios de ilustração os faz ambíguos culturais, cujas obras refletem menos a observação direta do modo de ser de sua sociedade do que visões alheias sobre a mesma.

Em nossos dias, a expressão mais típica da consciência ingênua, no plano erudito, é

dada pelos quadros oficiais da sociologia, da economia e da antropologia acadêmica, já não recorrem aos determinismos climáticos ou raciais, suficientemente desacreditados, mas a procedimentos mais sutis tais como a conceituação de que a ordem existente, gerada pela interação espontânea de forças sociais, só é passível de mudanças lentas e gradativas. Este artifício converte conceitualmente a ordem social num sistema natural com o que se pretende demonstrar a inocuidade dos esforços tendentes a provocar mudanças rápidas e profundas.

Somente no plano erudito, porém, se pode formular explicitamente uma consciência crítica pela exploração exaustiva e sistemática dos limiares da consciência possível em cada conjuntura histórica. A consciência crítica brasileira é encarnada, presentemente, pelos intelectuais que, percebendo o caráter circunstancial e erradicável do atraso, indagam das causas reais do subdesenvolvimento, formulando estratégias libertárias e prefigurando o modelo de sociedade que convém a seu povo.

Entretanto, ao contrário da consciência crítica das camadas subalternas — que encontra em sua experiência existencial meios de controlar a própria alienação — mesmo a consciência crítica da intelectualidade mais avançada está sempre sujeita a alienar-se. Assim é que as insurreições populares fundadas

numa mentalidade arcaica, apesar de se rebelarem contra a ordem vigente em nome de valores sagrados, ameaçavam concretamente as estruturas de poder; não se equivocavam quanto a seus inimigos, nem quanto a imperatividade de criar uma ordem social nova. A consciência crítica no plano intelectual, carecendo destas amarras com a realidade palpável leva, freqüentemente, a atitudes de puro desespero. É o caso dos intelectuais *damnés,* em luta contra tudo que seja simbólico da ordem tradicional; dos "revolucionários" que se pagam com palavras, realizando-se nas polêmicas internas; ou dos céticos, atolados no cinismo e na frivolidade.

Um alto nível de consciência crítica, no plano intelectual, só pode ser alcançado simultaneamente com uma praxis que permita estabelecer vínculos entre a consciência crítica, embora arcaica, das classes subalternas e as formulações eruditas dos caminhos da emancipação social, política e econômica. Assim se somam as tensões populares com a consciência possível no plano intelectual.

Assim, a tarefa histórica para o povo brasileiro, situa-se, no plano ideológico, como o desafio de amadurecer uma consciência crítica capacitada a compreender a realidade brasileira, a formular um projeto nacional realista e motivador de desenvolvimento pleno e autônomo e apta a formular uma estratégia que per-

mita mobilizar as forças populares para enfrentar a conjura de interesses que mantém a nação atada ao subdesenvolvimento. Como assinalamos, esta conscientização não será o produto da criatividade intelectual, senão de condições conjunturais que, tornando-a necessária, a estão fazendo possível. A melhor demonstração deste fato é a difusão, nos últimos anos, de uma postura crítica virtualmente emancipada em amplos setores antes hostis a qualquer mudança que — apesar da presença estrangeira na imprensa, no rádio, no cinema e na televisão e da copiosa produção paracientífica de pesquisa subvencionadas por órgãos de governos estrangeiros — vai forjando uma consciência nova que se reafirma e se generaliza, ganhando diversos setores da vida nacional, indiferentes ou alheios, a qualquer transformação.

Assim se vão mobilizando as forças que, amanhã, estarão em condições de estruturar uma ordem social desde as suas bases, e, ao mesmo passo, refazer a própria cultura nacional como uma criação autêntica, voltada para o futuro e capacitada para integrar o Brasil na nova civilização emergente.

Bibliografia

ABREU, Capistrano de

1963 — *Capítulos de História Colonial* (1500/1800). Brasília

AMADO, Gilberto

1919 — *Grão de Areia.* Rio de Janeiro

AMARAL, Azevedo de

1938 — *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional.* Rio de Janeiro

AZEVEDO, Fernando de

1964 — *A Cultura Brasileira.* Brasília

AZEVEDO, Thales

1956 — O Catolicismo no Brasil, um campo para a pesquisa social. Rio de Janeiro

BAGU, Sérgio

1941 — *Economia de la Sociedad Colonial.* B. Aires

BASBAUM, Leôncio

1962 — *História Sincera da República*. S. Paulo

BOMFIM, Manuel

1931 — *O Brasil na História*. Rio de Janeiro

COSTA PINTO, L.A.

1953 — *O Negro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro

CRUZ COSTA, João

1967 — *História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro

COUTINHO, Afrânio (*Editor*)

1955/57 — *A Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro

CASTRO, Josué de

1946 — *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro

CUNHA, Euclides da

1911 — *Os Sertões*. Rio de Janeiro

1926 — *À margem da História*. Porto. Portugal

ENGELS, Friedrich

1955 — *El Origen de la Família, la Propriedad Privada y el Estado*. Moscou

1961 — *Anti-Düring*. Montevideo

FACÓ, Rui

1963 — *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro

FAORO, Raymundo

1958 — *Os Donos do Poder* — Formação do Patronato Político Brasileiro. Porto Alegre

FERNANDES, Florestan

1964 — *A Integração do Negro à Sociedade de Classes*. S. Paulo

FOSTER, G. M.

1962 — *Cultura y Conquista*: la Herencia Española de América. Xalapa. México

FREYRE, Gilberto

1947 — *Interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro

1959 — *Ordem e Progresso*. 2 vols. Rio de Janeiro

1963 — *Casa Grande e Senzala*. Brasília

FREITAS, Décio

(ined.) — *A Guerra dos Palmares*. *MS*.

FURTADO, Celso

1963 — *Formação Econômica do Brasil*. Brasília

HOLANDA, Sérgio Buarque de

1963 — *Raízes do Brasil.* Brasília

IANNI, Octavio

1966 — *Raças e Classes Sociais no Brasil.* Rio de Janeiro

JAGUARIBE, Hélio

1962 — *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político.* Rio de Janeiro

KROEBER, A. L.

1944 — *Configurations of Cultural Growth.* Berkeley, Califórnia

LAMBERT, Jacques

1959 — *Os Dois Brasis.* Rio de Janeiro

LANGE, Oskar

1966 — *Economia Política.* (Tomo 2) México

LEAL, Victor Nunes

1948 — *Coronelismo, Enxada e Voto.* Rio de Janeiro

LÊNIN, V. I.

1947 — *El Imperialismo: fase superior del Capitalismo.* Moscou

s/d — *El Desarrollo del Capitalismo en Rusia.* Montevideo

LUKÁCS, George

1960 — *Histoire et Conscience de Classe.* Paris

MACHADO, Alcântara

1930 — *Vida e Morte do Bandeirante.* S. Paulo

MANNHEIM, Karl

1950 — Ideologia e Utopia. Porto Alegre

MARTINS, Wilson

1965 — *Um Brasil Diferente.* S. Paulo

MARX, Karl

1951 — Prólogo a la: *Contribución a la Crítica de la Economia Política.* Moscou

1956 — *El Capital.* 5 tomos. Buenos Aires

1960 — "Formaciones Económicas Precapitalistas", *in El Modo de Produción Asiático.* Córdoba, Argentina

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich

1958 — *La Ideologia Alemana.* Montevideo

MELLO FRANCO, Affonso Arinos de

1936 — *Conceito de Civilização Brasileira.* Rio de Janeiro

MORGAN, Lewis H.

1887 — *Ancient Society.* New York

NABUCO, Joaquim

1963 — *Minha Formação.* Brasília

NIMUENDAJU, Curt

1946 — *The Eastern Timbira,* Berkeley

NOGUEIRA, Oracy

1960 — "Cor da Pele e Classe Social" *in Sistemas de Plantaciones en el Nuevo Mundo.* Washington, D.C.

1962 — *Família e Comunidade.* Um Estudo Sociológico de Itapetininga, S. Paulo. Rio de Janeiro

PEDROSA, Mário

1966— *A Opção Brasileira.* Rio de Janeiro

PINTO, Alvaro Vieira

1956 — *Ideologia e Desenvolvimento Nacional.* Rio de Janeiro

1960 — *Consciência e Realidade Nacional.* Rio de Janeiro

PRADO Júnior, Caio

1933 — *Evolução Política do Brasil.* São Paulo

1942 — *Formação do Brasil Contemporâneo.* S. Paulo

1945 — *História Econômica do Brasil.* S. Paulo

PRADO, Paulo

1928 — *Retrato do Brasil.* S. Paulo

RAMOS, Arthur

1943/47 — *Introdução à Antropologia Brasileira.* 2 vols. Rio de Janeiro

s/d — *Guerra e Relações de Raça.* Rio de Janeiro

REDFIELD, Robert

1963 — *El Mundo Primitivo y sus Transformaciones.* México

RIBEIRO, Darcy

1968 — *O Processo Civilizatório*: Etapas da Evolução Sóciocultural. Rio de Janeiro

1969 — *As Américas e a Civilização.* Rio de Janeiro

(ined.) — *O Dilema Latino-Americano. Ms.*

RIBEIRO, João

1957 — *História do Brasil.* Rio de Janeiro

RODRIGUES, J. Honório

1964 — *Brasil e África*: outro horizonte. Rio de Janeiro

1965 — *Aspirações Nacionais*. S. Paulo

ROMERO, Sílvio

1953 — *História da Literatura Brasileira*. 5 vols. Rio de Janeiro

SCHUMPETER, Joseph A.

1963 — *Capitalismo, Socialismo y Democracia*. México

SIMONSEN, Roberto

1937 — *História Econômica do Brasil* (1500-1820). S. Paulo

SOROKIN, Pitrim

1937/41 — *Social and Cultural Dynamics*. 4 vols. New York

SPENGLER, Oswald

1958 — *La Decadencia de Occidente*. 2 vols. Madrid

SUMMER, W. G.

1949 — *Folkways*. S. Paulo

STEWARD, Julian H.

1955 — *Theory of Culture Change: the Methodology of Multilinear Evolution Urbana*. Ilinois

1955a — *Teoría y Practica del Estudio de Areas*. Washington

TROTSKY, Léon

1962/3 — *Historia de la Revolución Rusa*. B Aires

VERÍSSIMO, José

1964 — *História da Literatura Brasileira*. Brasília

VIANNA, Oliveira

1956 — *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro

VIEIRA da CUNHA, Mário Wagner

1963 — *O Sistema Administrativo Brasileiro 1930/1950*. Rio de Janeiro

WAGLEY, Charles

s/d — *A Revolução Brasileira*. Salvador, Bahia, Brasil

WEBER, Alfred

1960 — *História de la Cultura*. México

WEBER, Max

1964 — *Economía y Sociedad*. 2 vols. México

WERNECK SODRÉ, Nelson

1963 — *Introdução à Revolução Brasileira.* Rio de Janeiro

1964 — *História da Burguesia Nacional.* Rio de Janeiro.

WRIGHT MILLS, C.

1936 — *The Power Elite.* N. York

COMPÔS E IMPRIMIU
RUA PEDRO ALVES, 60 - RIO DE JANEIRO - GB